



ADFA



**ÓRGÃO
DA ASSOCIAÇÃO
DOS DEFICIENTES
DAS FORÇAS ARMADAS**

Ano XVIII - Nº 208

DIRECTOR: PATULEIA MENDES

Mensário — Março 1992 — 100\$00



Assembleia Geral Nacional Ordinária

28MAR92

Fortemente participada, aprovou Relatórios de Actividades do Conselho Nacional e da Direcção Central, bem como Contas desta e Parecer do Conselho Fiscal Nacional

VIDA ASSOCIATIVA

I Encontro Nacional de Núcleos

Alcobaça, 11 ABRIL

— descentralizar a participação associativa é contribuir para a resolução dos nossos problemas



Atendimento hospitalar e ajudas técnicas em debate, assim como análise de «casos» legislativos, dão-nos força à nossa reivindicação



Audiência com Secretário de Estado da Defesa e reunião com Director do Serviço de Justiça e Disciplina do Exército, apreciam questões de carácter legislativo e processual

«A ÁFRICA E A GUERRA COLONIAL» EM EXPOSIÇÃO DA PINTORA HELENA JUSTINO

— Palácio da Independência, 15 a 26 de Abril —

Um contributo para a campanha de angariação de fundos para a nova Sede



A ti, povo mártir de

TIMOR

o abraço de maior aproximação daqueles
que há muito vêm denunciando a tua dor



ASSINATURA

Informam-se os nossos assinantes de que o preço de assinatura anual do ELO, para 1992, é de 1000\$00 (11 números).

Sabendo que continua a ser um valor simbólico, não queremos deixar de informar que tal tem origem não só na normal inflação, como também na melhoria do papel utilizado, nos custos elevados da policromia e na frequente necessidade de maior número de páginas, acontecendo até que, tal como certamente se verificará também este ano, o anúncio de aumento do custo de papel costuma ser posterior à nossa actualização.

Acreditando poder continuar a contar com o seu interesse e atenção, salientamos que, actualmente, o pagamento da assinatura deve ser feito pessoalmente no serviço de contabilidade da Sede, ou nas Delegações, ou através de cheque ou vale de correio, emitido em nome da ADFA e dirigido a:

ADFA-ELO/Serviço de contabilidade
Palácio da Independência
Largo de S. Domingos

1194 LISBOA CODEX

Tabela de publicidade

Informa-se que a tabela de publicidade do ELO para 1992 é a seguinte:

1 página	72 000\$00
1/2 página	42 000\$00
1/4 página	24 000\$00
1/6 página	15 000\$00

— Módulos

1 espaço (5 linhas)	420\$00
2 espaços (10 linhas)	720\$00
4 espaços (20 linhas)	1200\$00

Nota: Todos os anúncios estão sujeitos à taxa de 17%.

Anúncio até 10 palavras, a 1 coluna, para sócios é grátis.

PONTO DE ENCONTRO

Hoje, quase véspera, do 25 de Abril, um «Ponto de Encontro», pela escrita do associado José Maia, com um dos seus maiores símbolos:

Zeca Afonso

— A voz da Liberdade

Cinco anos se passaram sobre a morte de José Afonso.

Justamente foi evocada em alguns rádios, na televisão e jornais, a sua vida e obra musical.

José Afonso continua vivo entre nós através do seu canto e o exemplo da sua forma de estar. Desinteresse pelo material, interesse pelo social e cultural, paixão pelo ensino, fraternidade, simplicidade, solidariedade.

Durante anos o Zeca esteve proibido para muitos. Fisicamente afastado, parece que já ninguém o receia. Com o transcorrer do tempo a sua obra ganha mais valor. E então todos lamentarão a pobreza de espírito de quem interditou, no passado, a sua rica obra poética musical.

José Maia
Sócio n.º 244

Aproveitamos, também, para recordar, já com imensa saudade, essa outra grande figura de uma época que a todos nós marcou, e que ao período da «Revolução dos cravos» esteve tão ligada directamente, através de dois cartazes, sobre quadros seus, amplamente divulgados na altura:
Maria Helena VIEIRA DA SILVA.



TIPOGRAFIA-ESCOLA

Nas suas remodeladas e modernizadas secções de:

ENCADERNAÇÃO ● FOTOGRAFIA
IMPRESSÃO ● MONTAGEM
OFF-SET/TIPOGRAFIA

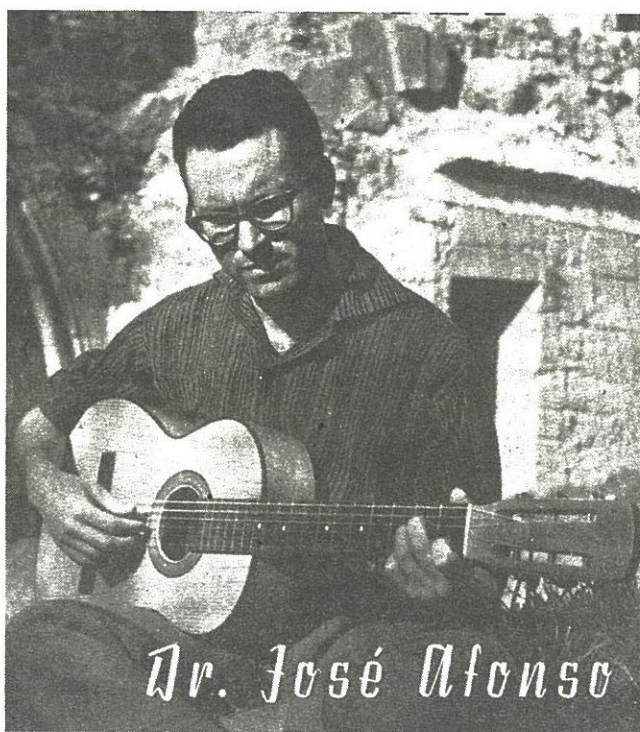
executa os mais variados trabalhos no campo das artes gráficas, nomeadamente:

LIVROS ● EMBALAGENS ● CARTÕES
● FACTURAS ● RECIBOS ● GUIAS DE
REMESSA ● CARTAS ● ENVELOPES

Contactar: *Tipografia-Escola ADFA*
(sr. Mário Mendes)

H. M. P. — Anexo Campolide
R. Artilharia Um, n.º 107
1200 LISBOA

☎ 65 35 93

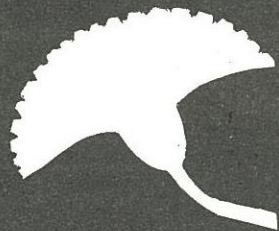


Nota de Redacção a ter em muita atenção que o Canal 2 transmitirá, caso a nossa RTP não nos pregue uma das suas tão usuais partidas, na madrugada de 24 de Abril, a gravação do espectáculo de José Afonso no Coli-

seu dos Recreios, em Lisboa, na noite de 29 de Janeiro de 1983, já então era do conhecimento público o seu estado de saúde, o que terá tornado ainda mais inolvidável se possível, esse concerto, afinal de despedida.

ÚLTIMA HORA

25 de Abril de luto:



morreu Salgueiro Maia



Propriedade, Administração e Redacção:
ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS
Palácio da Independência
L. S. Domingos — 1194 Lisboa Codex
Tel. 346 21 67/8/9 — Fax 342 83 36

Composto, revisto e impresso: INTERPRESS Gráfica, Rua Luz Soriano, 67 — LISBOA

Tiragem deste número: 11 000 exemplares

DIRECTOR: Patuleia Mendes

CHEFE DE REDACÇÃO: José Manuel Sande

Os textos assinados não reproduzem, necessariamente, as posições da ADFA ou da Redacção do ELO, sendo da exclusiva responsabilidade dos seus autores

Mensário distribuído gratuitamente aos sócios em situação legal e vendido por assinatura a não sócios ao preço anual (11 números) de 1000\$00.

Quando a assinatura seja de fora de Portugal, os custos são acrescidos dos respectivos «portes», a saber:

Europa: 1800\$00
Fora da Europa: 2100\$00
(Guiné-Bissau e S. Tomé e Príncipe: 1300\$00)

ADFA prossegue contactos oficiais

SECRETÁRIO DE ESTADO DA DEFESA NACIONAL RECEBE EM AUDIÊNCIA A DIRECÇÃO DA ADFA

No passado dia 11 de Março, a Direcção Central da ADFA, na sua totalidade, foi recebida pelo Secretário de Estado da Defesa Nacional, o qual se encontrava acompanhado da sua Chefe de Gabinete, dr.^a Zulmira Queirós, a fim de serem tratados vários assuntos pendentes.

Abordada em primeiro lugar a questão da nova Sede, foi informado o dr. Figueiredo Lopes não só do estado das obras como, também, da situação do respectivo financiamento e verbas necessárias, tendo este membro do Governo reafirmado o empenhamento do mesmo na conclusão e inauguração do edifício o mais rápido possível.

Passando-se seguidamente à legislação, vários foram os «dossiers» apresentados, nomeadamente o relativo aos direitos constantes no art.º 15.º-2.º, do DL 43/76, face ao Orçamento de Estado para 1992 (sobre o que, em resposta a uma exposição da ADFA, a Secretaria de Estado da Defesa

enviou um ofício à Secretaria de Estado do Orçamento, solicitando a melhor atenção e compreensão da respectiva titular para o regime jurídico especial dos deficientes militares); à ampliação da abrangência do Decreto-Lei sobre grandes deficientes em serviço (o qual já foi assinado pelo Ministro da Defesa Nacional, aguardando agora assinatura em outros Gabinetes); à isenção do pagamento de IRS nos subsídios de invalidez e de 3.ª pessoa auferidos pelos DFA's, a partir de 1991 (encontrando-se esta pretensão já em estudo na Direcção-Geral das Contribuições e Impostos); o pagamento do subsídio de risco aos deficientes militares pára-quadistas e aplicação do RAMME (Regulamento de Apreciação e Mérito dos Militares do Exército) aos militares DFA's no activo. Finalmente, e aquando da entrega de um documento de intenções sobre a elaboração de uma proposta relativa ao «Estatuto do deficiente militar», o Se-

cretário de Estado salientou que o Ministério da Defesa, considerando sempre a ADFA como interlocutor privilegiado, válido e interessado, vai passar a ter maior e mais directa intervenção em tudo o que diz respeito a legislação sobre deficientes militares.

Sobre o Lar Militar, e referindo-se o trabalho já realizado pela respectiva Comissão Técnica, a Direcção Central defendeu, mais uma vez, a perspectiva de que tal estrutura deve ser, cada vez mais, considerada em face das dificuldades crescentes dos grandes deficientes militares, dando resposta capaz ao agravar das suas deficiências e das suas condições de vida socio-profissionais e familiares, tendo o dr. Figueiredo Lopes reconhecido todo o interesse da utilização do Lar no sentido da maior abrangência das necessidades dos actuais e futuros utentes.

Exposta, depois, a situação referente às actividades internacionais no âmbito da FMAC e da

União, assim como aos encargos financeiros delas resultantes, foi garantida à DC o necessário apoio oficial, tanto mais que estas acções são encaradas como do maior relevo para Portugal.

Uma última questão, a da reinstalação da Tipografia-Escola foi ainda tratada, conjugando-se as opiniões no sentido de que a fazer-se essa transferência, a mesma não deve causar ruturas nesse centro produtivo, de formação profissional e de emprego para grandes deficientes.

A terminar a reunião, o dr. Figueiredo Lopes, após ter aceite o convite que lhe foi feito para visitar, por ocasião do 18.º aniversário da ADFA, as obras da nova Sede, renovou o seu apreço pelo trabalho e responsabilidade da nossa Associação, manifestando ainda o seu empenho pessoal e disponibilidade do Ministério da Defesa em apoiar e contribuir fortemente para a resolução positiva dos problemas dos deficientes militares.

DIRECÇÃO CENTRAL RECEBIDA PELO DIRECTOR DO SERVIÇO DE JUSTIÇA E DISCIPLINA DO EXÉRCITO

A Direcção Central, nas pessoas dos seus Presidente e 2.º-Secretário, apresentou cumprimentos ao novo Director do Serviço de Justiça e Disciplina do Exército, brigadeiro Simões Duarte, ocasião que foi aproveitada para troca de impressões sobre diversas questões que interessam às duas entidades.

Um tema, no entanto, foi abordado com mais profundidade, dada a sua grande importância na defesa dos deficientes militares. Tratou-se do problema com a demora verificada na etapa que é a

consideração do tipo de acidente sofrido, em processos já despachados pela Direcção do Serviço de Saúde e que são reenviados à Direcção do Serviço de Justiça e Disciplina, após respectiva análise e informação; por esta, pelo Ministério da Defesa e EME, face, muitas vezes, à discordância sobre a classificação de «DFA» aos requerentes.

Na realidade, a dificuldade de apreciação sobre situações que já ocorreram há anos, quantas vezes sendo complicado e demorado encontrar as testemunhas indicadas, e ouvi-las, é muito grande,

havendo necessidade de se avançar com os devidos cuidados.

De qualquer maneira, o Director do SJDE informou que os serviços, e ele próprio, estão totalmente disponíveis para uma apreciação mais acelerada dos processos que a ADFA entenda, e informe por contacto directo, como mais urgentes.

Sobre a questão do «stress» da guerra», também discutida, maiores dificuldades se levantaram, dado que são casos ainda não devidamente estudados, e até tecnicamente desconhecidos/catalogados pela maioria

dos que tratam das questões de saúde e justiça militares, muito embora se esteja a fazer um esforço no sentido de a melhor compreender e resolver.

No final da reunião, o brigadeiro Simões Duarte reafirmou a sua solidariedade para com os deficientes militares e o trabalho da Associação, na certeza de que, tendo feito 4 comissões de serviço em África, conhece e compreende bem os seus problemas, encontrando no pessoal da DSJDE forte empenhamento na melhor resolução de todos os processos.

EDITORIAL



Na vida de organizações como a Associação dos Deficientes das Forças Armadas, em que a sua pujança se afere pela participação interveniente, isto é, militância, dos seus sócios, é ponto de referência o nível de presenças em Assembleias Gerais Ordinárias, assim como o calor colocado nos respectivos debates.

A Assembleia Geral Ordinária da ADFA realizada no passado dia 28 de Março foi, por tais motivos, demonstração da forte chama que dá luz à nossa razão e marco que, acreditamos, constituirá novo incremento para reforçada dinâmica dos associados nos actos mais marcantes da vivência colectiva.

No período em que, coincidentemente, se comemoram os 18.º aniversários do 25 de Abril e da ADFA, criada esta já como resultado do livre direito de expressão e de associação que, naquela data, foi reconhecido ao povo português, é significativo que, na reunião magna do nosso órgão mais representativo e democrático tenham comparecido sócios em número que há anos não era conseguido. Este facto, aliado à grande quantidade e elevada qualidade de intervenções produzidas é, sem dúvida, o desmentir visível de vozes isoladas, mas não menos associativas por isso, que, em monólogo, teimam em não crer na ADFA actual como corpo vivo, mobilizador, actuante e reivindicativo.

Por outro lado, estamos ainda mais seguros de tal verdade quanto é certo que, em actividades já programadas antes daquele evento associativo, se irão concretizar, dentro da descentralização proposta no último acto eleitoral, e no âmbito das «Conclusões» do III Congresso, encontros e convívios quer organizados por Delegações ou Núcleos quer pela própria Sede, envolvendo e unindo, em confraternização alargada, sócios, e famílias, de todas as regiões do País. Mas, se nas acções já previstas é certa a adesão dos associados, só será possível implementar uma verdadeira e duradoura descentralização se, a nível local e regional, uma forte vontade individual, em co-responsabilização colectiva, impulsionar os dirigentes associativos a empreender novas iniciativas que ainda mais nos irmanem e contribuam para a garantia da manutenção do espírito solidário que foi nossa razão de ser e é nossa forma de existir.

Fiquemos assim conscientes de que a profunda vontade de participar, tão vivamente demonstrada, 18 anos andados em caminho comum, é penhor de segurança e confiança, porta aberta ao futuro, alicerçada na responsabilidade de quem sabe definir destinos e traçar os rumos, no sentido de consolidar uma existência digna.

A Direcção Central

SÓCIOS FALECIDOS

DEOLINDA MOREIRA MONTEIRO, sócia n.º 6027, natural do Bonfim e residente em Campanhã, Concelho do Porto, faleceu no passado dia 6 de Julho de 1990.

Pensionista de pensão de preço de sangue, por morte do seu filho, José Moreira Rodrigues, em Angola.

Deixa viúvo o sr. Joaquim da Conceição Rodrigues.

JOSÉ FERREIRA MONTEIRO, sócio n.º 127, natural e residente em Vilarinho, Concelho de Santo Tirso, faleceu no passado dia 11 de Novembro de 1991.

Sócio com 55 por cento de desvalorização, sofreu o seu acidente na Guiné.

Deixa viúva a sr.^a Dona Maria Amélia Pereira Salgado.

JOÃO MONTEIRO MOREIRA, sócio n.º 1082, natural de S. Mamede de Infesta e residente em Santa Marinha, Concelho de Vila Nova de Gaia, faleceu no passado dia 14 de Janeiro de 1992.

Sócio com 88,3 por cento de desvalorização, sofreu o seu acidente em Angola.

Deixa viúva a sr.^a Dona Silvina Correia Moreira.

CLEMENTE FERNANDES, sócio n.º 4057, natural de Serzedelo e residente em Domar, Concelho de Guimarães, faleceu no passado dia 16 de Fevereiro de 1992.

Sócio com 35 por cento de desvalorização, sofreu o seu acidente em Angola.

Deixa viúva a sr.^a Dona Alexandrina Castro da Silva, e 5 filhos.

Aos familiares e amigos destes nossos sócios apresentamos as nossas sentidas condolências.

DELEGAÇÕES — NÚCLEOS

COIMBRA

18.º Aniversário da ADFA

Respondendo ao convite da Direcção Central, a Direcção da Delegação aceitou realizar as comemorações do 18.º Aniversário da nossa Associação.

Embora o tempo já não seja muito, iremos esforçar-nos para que a ADFA saia dignificada. O programa ainda não está elaborado, mas já podemos dar algumas indicações.

Iniciativas de índole cultural, desportivo, recreativo e associativo serão os pontos fortes das comemorações que se dividirão por Coimbra e Figueira da Foz.

No dia 14 de Maio realizar-se-á uma conferência/sessão solene com a presença de entidades ofi-

ciais da cidade, havendo uma pequena palestra alusiva ao tema «O deficiente e a sociedade».

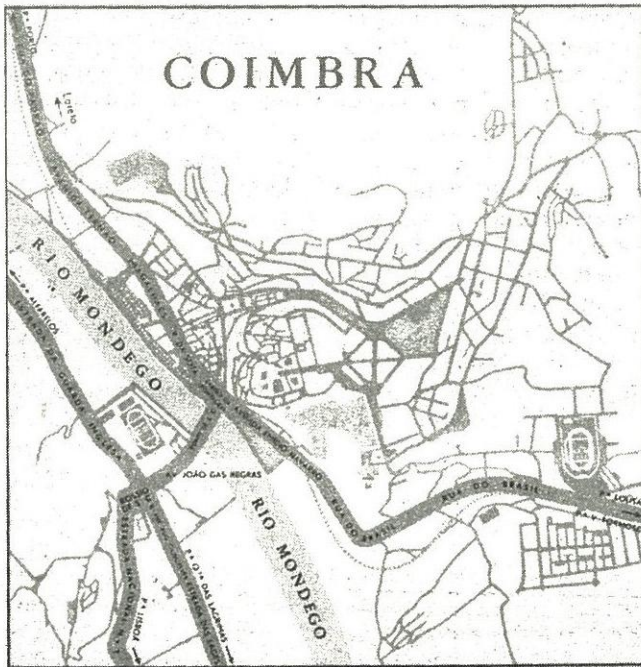
No dia 15 decorrerá, no Grande Casino Peninsular da Figueira da Foz, um jantar convívio no Salão de Festas, aberto a todos os associados e amigos, realizando-se, no mesmo espaço e a partir das 21.30, um espectáculo oferecido pela respectiva Câmara Municipal, em que participam, entre outros, Manuel Freire, Samuel e um grupo de fados de Coimbra. Quem o desejar poderá assistir, gratuitamente, ao programa de variedades do Casino.

O jantar ficará em cerca de 3000\$00/pessoa.

Dia 16 contamos realizar uma corrida de atletismo, aberta a todos, que decorrerá na Baixa de Coimbra.

A este programa poderão juntar-se outras actividades.

Para já, é importante



que, a partir deste momento, os sócios interessados comecem a inscrever-se para a noite de 15 de Maio, na Figueira da Foz.

No ELO de Abril será divulgado todo o programa.

Tratando-se das comemorações de âmbito nacional, esperamos a presença de grande número de associados e familiares na cidade de Coimbra.

N.R.: Ver mais informações no «Jornal associativo»

PORTO

Passeio convívio a Castelo Branco

Em aditamento à notícia de Fevereiro sobre esta excursão, eis o seu programa definitivo:

Dias: 02 e 03 de Maio.
Partidas: às 7 h do dia 2.

Percurso: ADFA-Auto-Estrada/Albergaria/IP5/SEIA/Lagoa Comprida/Penhas da Saúde/Covilhã-almoço livre. Fundão/Monsanto/Termas de Monfortinho/Ladoeiro/Castelo Branco-jantar com sócios da Delegação: alojamento em residência de três estrelas.

Dia 3 — Após pequeno almoço — 9 h viagem por Nisa/Gavião/Abrantes/Tomar-almoço livre e visita ao convento de Cristo Rei. Fátima/Batalha/Auto-Estrada Mealhada — jantar livre. Continuação da viagem para o Porto.

Viagem — dormida e pequeno almoço — 5500\$00 por pessoa.

Marcações no Gabinete de Apoio aos Órgãos Sociais da Delegação do Porto até 15 de Abril.

Apoio na compra de viaturas

A Delegação do Porto tem à disposição dos sócios um serviço de apoio na compra de viaturas, com a colaboração do sócio Américo Meireles, o

qual foi designado delegação de vendas.

Os interessados deverão contactar os serviços da ADFA — Gabinete de Apoio aos Órgãos — podendo fazê-lo pessoalmente

ou pelo telefone 820403.

O apoio refere-se a qualquer tipo de viaturas e marca, e dirige-se a todos os sócios ou seus familiares.

Jaime Ferreri lança

«Fizeram de mim soldado»

No âmbito da Feira do Livro, teve lugar no Parque de Exposições de Braga no passado dia 5 de Março o lançamento do livro «Fizeram de Mim Soldado» da autoria do sócio Jaime Ferreri, o qual foi editado pela Editora Correia do Minho.

No acto estiveram presentes os Presidentes da Câmara Municipal de Braga, Mesquita Machado, da Câmara Municipal da Ponte da Barca, Gastão Guimarães, da Assembleia Municipal da Ponte da Barca, Eduardo Cruz, os vereadores da Cultura da Câmara Municipal de Braga, Maria do Céu e da Câmara Municipal da Ponte da Barca, António Dias. Estiveram ainda presentes diversas personalidades ligadas à

cultura e ainda, professores, alunos e amigos de Jaime Ferreri.

A cobertura do acontecimento foi efectuada pela Rádio Renascença, «Correio do Minho», «Diário do Minho», «Notícias da Barca» e jornal «Povo da Barca». A ADFA fez-se representar pela Delegação do Porto, que, durante o acto, expressou ao autor as felicitações por esta obra, que é um importante contributo para o conhecimento da realidade que foi a guerra colonial, entendida em todos os seus aspectos humanos, culturais e sociais.

Jaime Ferreri é natural, e residente, em Ponte da Barca, professor do ensino secundário, destacado

colaborador do Projecto Minerva-Pólo da Universidade do Minho, onde exerceu funções de coordenador, tendo sido responsável pelo lançamento do Projecto-LETHES, que visa a informatização da rede escolar ao nível do 1.º ciclo, na área do Parque Nacional da Peneda-Gerês.

Os sócios interessados na compra do livro «Fizeram de Mim Soldado» poderão fazê-lo na Delegação do Porto ou em qualquer livraria.

Guimarães

Mudança de instalações

Desde o dia 7 de Fevereiro p.p., o Núcleo passou a estar instalado, ainda que provisoriamente, na Rua D. João I, 108-1.º, em secretaria comum com a Associação de Ex-combatentes do Ultramar e com acesso ao bar da mesma, mantendo-se, no entanto, o esquema de atendimento que estava a vigorar.

Programa FIA/IEFP

— um apoio na modernização da ADFA

Por ARMINDO ROQUE

Na magnífica sala da Biblioteca do Palácio da Independência decorre, desde o dia 3 de Fevereiro, um curso de Informática-Área de Base da Dados e que se prolongará até 31 de Dezembro deste ano. Este curso insere-se na estratégia da ADFA de implementar um sistema de informação interactivo com todos os sócios, delegações e outros organismos nacionais e estrangeiros, nomeadamente os PALOP'S.

O Programa de Formação e Integração de Adultos (FIA) tem como destinatários os trabalhadores adultos desempregados, com 25 anos ou mais de idade. Foi implementado pelo IIEFP no seguimento do acordo de política de formação profissional, assinado no âmbito do Conselho Permanente de Concertação Social. Tem como finalidade dar resposta às dificuldades encontradas pelos trabalhadores desempregados há 12 meses ou mais, na obtenção de qualificações profissionais e de emprego e apoiar as empresas no recrutamento dos trabalhadores qualificados profissionalmente.

Em representação do Delegado Regional de Lisboa e Vale do Tejo, Armindo Serra, responsável por este Programa, numa reunião havida no Seixal, afirmou que a flexibilidade, a capacidade criativa e o aumento da cultura geral são elementos fundamentais ao sucesso do mesmo». Neste sentido, este programa conta com 210 horas de

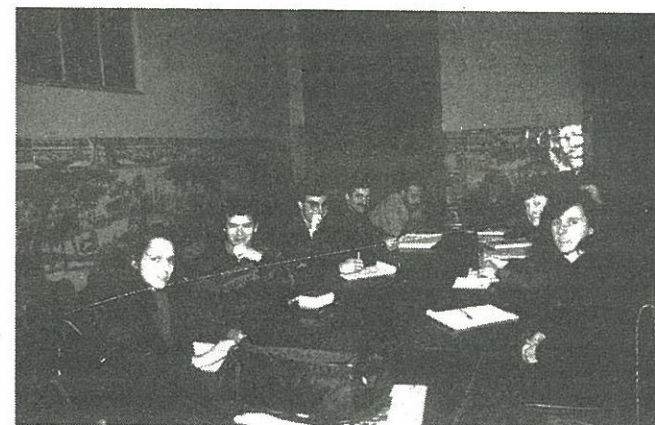
aulas sobre as mais diversificadas matérias como por exemplo, Defesa do Ambiente e Recursos Naturais, Portugal no Mundo, Comunicação Social, etc..

O Director do Centro de Emprego de Lisboa do IIEFP, António Proença, realçou que este programa reúne as componentes da formação e estágio em situação real de trabalho e que da harmonia conseguida na conjugação operacional destas duas componentes, dependerá o êxito das acções que estão a decorrer em Lisboa, que abrangem 96 formandos, 14 dos quais estão na ADFA.

O responsável deste Programa na ADFA, Patuleia Mendes, 1.º Secretário da D. C., considera-o de importância estratégica, para a prossecução dos objectivos consignados no III Congresso da ADFA no desenvolvimento quantitativo e qualitativo do tratamento da informação, enquanto pólo dinamizador de toda a vida associativa.

O Departamento dos Assuntos Sociais e Culturais (DASC), dirigido por Jorge Maurício, tem a responsabilidade da implementação prática deste projecto. A coordenação é feita por Armindo Roque, técnico de Informação Electrónica, em conjugação com António Pires, técnico de Emprego do IIEFP.

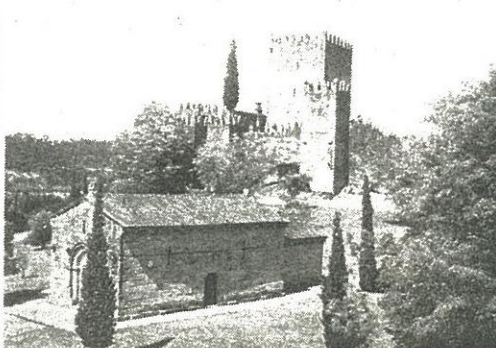
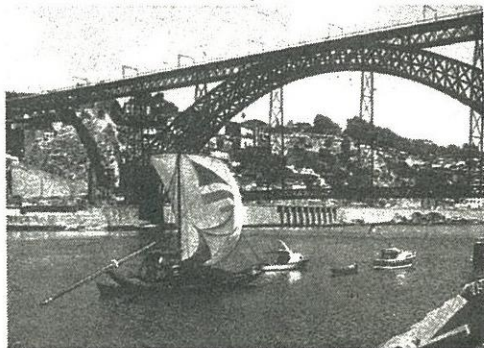
Outras organizações estão a apoiar este projecto, do que daremos notícia mais detalhada oportunamente.



Aspecto do curso



Reunião dos chefes de Departamento para análise do programa



Nós ...



Conforme já noticiado no mês passado, em face a dificuldades específicas, e crescentes, para os deficientes militares, surgidas no seu atendimento médico e no apoio em ajudas técnicas, levou o ELO a efeito uma mesa-redonda em que intervieram diversos associados oriundos dos três ramos das Forças Armadas, amputados de membros superiores ou inferiores e paraplégicos, com a característica comum de frequentes utilizadores de serviços de fisioterapia.

gico. Considera que o atendimento varia de consulta para consulta, desde o razoável ao bastante mau. E afirmou mais que «na Fisioterapia, que frequento todos os meses, começa-se logo pelo médico, que é um rapaz novo e que, não estando a par dos nossos problemas e antecedentes, não tem o que talvez se possa chamar sensibilidade de guerra. Quando se lhe pede uma prótese ou uma cadeira mais modernas e funcionais, põe reticências, diz que não tem po-

vagem ao cérebro», demonstrar-lhe que não se iria adaptar a ela e que ficaria pior, ao que respondeu que estava pronto a voltar atrás, em tempo, e recomeçar uma nova fase de recuperação/adaptação, se fosse preciso. Mudando-o, inexplicavelmente, de casa e técnico de próteses — desde sempre tinha sido acompanhado num outro e único fornecedor —, numa coisa o médico acertou: em 8 meses, voltou 8 vezes à consulta, a prótese partiu-se em 2 ocasiões, uma

3097, Exército, 70,5 por cento de incapacidade, amputação 1/3 perna esquerda e deficiência visual do olho esquerdo. Considera-se bem atendido nos serviços hospitalares que utiliza, oftalmologia e fisioterapia, reconhecendo que tal se deve ao facto de ter estado internado, no HMP, durante 3 anos, continuando, com frequência, a necessitar de atendimento, mantendo, por tal, relacionamento quase permanente com o pessoal técnico e administrativo, o que lhe permitirá uma certa facilidade na solução dos problemas.

Em relação ao «Gabinete do utente», reconhece a necessidade da sua existência, até porque tem consciência de que a grande maioria dos deficientes militares não tem, dentro do HMP, o seu tipo de relacionamento e assim os problemas avolumam-se-lhes. Seria essa, precisamente, a grande função de tal serviço.

● **Armando Ramos Alves**, sócio n.º 248, Exército, 98,3 por cento de incapacidade, amputação coxa esquerda pelo 1/3 médio, amputação da perna direita pelo 1/3 médio, redução 1/10 visão olho direito e estilhaços mão direita.

Costumando ir ao HM Hamburgo, apenas por duas vezes foi ao HMP e se não tem razão de queixa da parte clínica e técnica, do serviço de fisioterapia, o mesmo não se passa em relação à parte administrativa, cujo sistema de funcionamento até pode tomar aspectos ridículos.



Devido à extensão das intervenções produzidas, e à procura de, embora de forma inevitavelmente reduzida, não lhes alterar o sentido e a ordem — à medida que o tempo ia passando e as recordações iam surgindo, mais vivas, e por vezes desordenadas, eram aquelas —, iremos dividir a sua publicação em duas fases, já que, também na mesa-redonda se verificaram duas voltas de análises. Assim, o tema para hoje é:

— a forma como cada um é atendido, a nível médico e administrativo, no hospital do seu ramo, e se, para uma relação mais digna, humana e desburocratizada, haverá conveniente na criação de um «Gabinete do utente», junto desse estabelecimento.

● **Silvério Jorge Rodrigues**, sócio n.º 207, Exército, 100 por cento de incapacidade, biamputado dos membros superiores e cego dos dois olhos. Embora pouco utilizador do HMP por, até ao momento, ter recebido tratamento do HM de Hamburgo, considera de óptima ideia a criação de um «Gabinete do utente», razão, aliás, pela qual aceitou integrar esse serviço, quando o mesmo se concretizar.

● **Mário dos Santos Sobral**, sócio n.º 391, Exército, 100 por cento de incapacidade, paraplé-

der nem autorização... No Conselho Administrativo, por seu lado, se não se reclama, a requisição demora ou não segue... No geral das consultas, constata-se que quando o paciente é de alta patente, há toda a prioridade no atendimento e disponibilidade na assistência, enquanto para nós, praças, ainda que grandes deficientes, é sempre a correr e, muitas vezes, de maus modos».

Referindo o «Gabinete do utente», acha que o mesmo já devia existir há bastante tempo, para lhe poderem ser colocados todos os problemas sentidos.

● **Manuel Coelho Amaro**, sócio n.º 98, Exército, 70 por cento de incapacidade, amputação da perna direita, abaixo do joelho. Reconhece que sobre o HMP muito haveria a dizer, nomeadamente sobre o atendimento, em geral, que considera desumanizado e restritivo. Quanto ao serviço de Fisioterapia, «muito pior do que era dantes», disse que, depois de andar 5 anos com a mesma prótese, sentiu necessidade, já mais que natural e lógica, de a substituir, pelo que foi à respectiva consulta para a sua prescrição. E sabendo que havia modelos mais modernos, adequados e leves, pediu uma dessas pernas, tendo o médico que o atendeu tentado, em autêntica «la-

delas em plena via pública, obrigando-o a arrastar-se e a amparar-se às paredes! Depois disso, foi o próprio responsável do serviço de fisioterapia que, após ter afirmado que já nem o queria ver, se prontificou a requisitar-lhe nova prótese.

Quanto ao «Gabinete do utente», considera-o como indispensável à resolução de inúmeros problemas e ao esclarecimento de muitas situações.

● **Pedro Manuel Cardoso**, sócio n.º 1769, Armada, 65 por cento de incapacidade, amputação 1/3 perna direita. Não tem qualquer razão de queixa quanto ao atendimento clínico de fisioterapia e de fornecimento de próteses, no Hospital da Marinha, já que quando necessita é logo, e eficazmente, atendido, recebe de pronto a requisição própria das necessárias ajudas técnicas, indo depois à casa fornecedora que ele próprio escolhe. O único senão encontrado em todo o sistema é a obrigação, burocrática, para algumas consultas, de se ter que ir à 3.ª REP, em Alcântara, levantar uma Guia de Marcha.

Em relação ao «Gabinete do utente», pelo que conhece e tem ouvido, pensa que é de grande utilidade no HMP, e para os deficientes do Exército.

● **António Manuel Garcia Miranda**, sócio n.º

de uma única fornecedora!

Quanto ao serviço de oftalmologia, tendo um dia que recorrer a ele, por causa da deficiência na vista e para lhe ser extraída uma fístula interior, foi até mal atendido por não lhe encontrarem o respectivo processo, possivelmente por o terem já arquivado.

De uma forma geral, e até comparando com o que se passa na Alemanha, considero bastante defeituoso todo o sistema, referindo o desinteresse e alheamento com que se atendem os deficientes, não havendo o cuidado de, quando há necessidade de uma qualquer consulta, se aproveitar para um exame mais geral ao utente, tal como se faz em Hamburgo. Por outro lado, criticou a pouca atenção, em termos sociais e humanos, que é dada aos grandes deficientes, cegos, amputados e paraplégicos, não sendo considerada uma prioridade que lhes devia ser reconhecida, tal como acontece para os postos mais elevados da hierarquia militar, e não lhes sendo concedida qualquer facilidade, obviando a que tivessem que se deslocar ao HMP 2 e 3 vezes por causas às vezes simples, com a agravante de não poderem utilizar o respectivo estacionamento para os carros.

Por todas estas razões, e outras, considera fundamental a existência do «Gabinete do utente», não só para o acompanhamento permanente do circuito, desde a marcação

da consulta para a prescrição de próteses à, inexistente, para verificação a boa colocação e adequação das mesmas, como também para esclarecer e/ou ouvir os utentes.

Por fim, e perante os rumores de que se pensa construir um único e novo hospital para todos os ramos das Forças Armadas,

alertou para a conveniência de nele ser integrada uma casa de próteses.

● **Abel dos Santos Fortuna**, sócio n.º 580, Exército, 100% de incapacidade, biamputado dos membros superiores e cego dos dois olhos.

● **Falando do HM Porto**, estabelecimento que melhor conhece, referiu que tendo tido um acidente «civil» há cerca de 2 anos, passou por alguns dos seus serviços, desde a urgência e internamento até a diversas consultas, não tendo razões de queixa quanto ao atendimento clínico e técnico, antes pelo contrário, já que ali, e ao invés do que afirmou a equipa médica do hospital regional para onde foi levado em primeiro lugar, entenderam possível a sua recuperação, operaram-no e puseram-no a caminhar.

Alguns aspectos, no entanto, considera negativos. Em oftalmologia, onde tem que ir para ser enviado a Barcelona, é necessário uma certa firmeza de argumentos para lhe concederem esse direito; de forma geral há fortes carências nos aspectos de pessoal de enfermagem e de equipamento, levando a que, por exemplo, de noite seja difícil alguém atender uma necessidade ou uma chamada dos internados, assim como, muitas vezes, apenas a boa vontade de alguns militares ou outras pessoas presentes, possibilita o ultrapassar de alguns obstáculos e barreira pelas cadeiras de rodas.



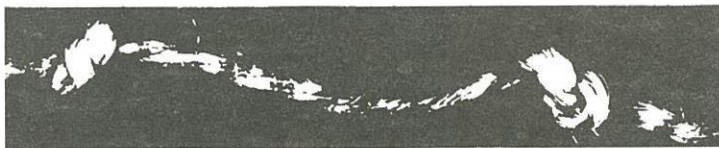
Por exemplo, aquando da última colocação de próteses, faz dois anos, a satisfação do seu pedido demorou de Fevereiro a Novembro porque, biamputado que é dos membros inferiores, aquelas foram requisitadas a casas diferentes, esperando todo esse tempo para ser encontrada a solução lógica

da consulta para a prescrição de próteses à, inexistente, para verificação a boa colocação e adequação das mesmas, como também para esclarecer e/ou ouvir os utentes.

Por fim, e perante os rumores de que se pensa construir um único e novo hospital para todos os ramos das Forças Armadas,

Em relação ao «Gabinete do utente», não vê necessidade da sua existência no HM Porto, malgrado a demora de marcação de consultas ou a inexistência de serviços adequados de psicologia e acção social, para acompanharem os deficientes militares e seus proble-

Nós ...



Nós ...



mas, área onde a ADFA devia ser mais interventora.

• **Henrique Arantes Lopes de Mendonça**, sócio n.º 10 081, Armada, 62% de incapacidade, amputação do 1/3 inferior da perna direita e esfacelo com perda de tecidos moles do 1/3 inferior da perna esquerda, surdez progressiva.

• Utente do Hospital da Marinha, não tem razão de queixa maior, nomeadamente quanto à consulta de ortopedia, já que, quando precisa, vai à mesma para prescrição de prótese, é-lhe passada a respectiva requisição e no mesmo dia vai à casa que escolhe para que a mesma lhe seja feita. No entanto, embora tão simples, directo e rápido sistema, uma coisa acha que está mal: a não existência, posterior, de uma consulta de, digamos, «fiscalização», para observar e verificar se tudo foi feito como deve ser, se a prótese é a indicada e se a adaptação está a ser correcta.

Quanto a um «Gabinete do utente» no Hospital da Marinha, não vê qualquer necessidade, tanto mais que os DFA, embora apenas para algumas consultas, não precisam senão de apresentar o respectivo cartão para serem atendidos, sem necessidade de ir levantar Guia de Marcha à 3.ª REP.

• **António Joaquim Lavoras Lopes**, sócio n.º 2, Exército, 97,34% de incapacidade, biamputado dos membros superiores e prótese ocular.

• Embora a nível pessoal não tenha razão de queixa, sente que na generalidade das clínicas/consultas não se conta com a especificidade do deficiente militar ou com as suas características e necessidades acrescidas, não sendo prestada a atenção que requer a sua deficiência e os problemas inerentes à sua própria condição/adaptação. Especialmente no Serviço de Fisioterapia, tal situação agrava-se pelo sistema funcionar de forma burocratizada e sujeito a preocupações, o que levou a substituir até a lógica do atendimento e requisição em casa escolhida pelo próprio deficiente, esquecendo-se todas as suas vantagens de confiança e personalização.

E além do mais, essa burocracia tem reflexos a vários níveis, principalmente profissional, quando se sabe que, felizmente, grande parte do deficiente está integrado no mercado de trabalho, implicando as várias, e evitáveis, idas aos hospitais, a demora de requisição e

a de fornecimento ou arranjo, quebra de ritmo e faltas desnecessárias, sem que haja qualquer ganho com isso. «Entre vários casos, parece-me minimamente ridículo que se vá a uma consulta médica para se mostrar uma luva que está rota e precisa de ser substituída: a luva não está doente...! Mas pode acontecer que quando se vai mostrar essa luva, o paciente esteja com um grave problema de coluna, sem que tenha consciência disso... e o médico não tem o cuidado de olhar evidentemente para a pessoa que está à sua frente, procurando ver se as próteses estão a criar problemas ou a provocar efeitos secundários; não, o médico não se preocupa

haver, nos estabelecimentos hospitalares dos diversos ramos, no tratamento para com os seus deficientes, encontrando-se, talvez, um ponto comum entre eles, que será atendimento um pouco distante sempre existente.

Em relação à Força Aérea, para além de ter estado duas vezes no HM Hamburgo e pedir a substituição anual da sua prótese, dado não só o facto de a amputação acima do joelho trazer acrescidos problemas, como ainda por continuar no activo, também já teve que solicitar uma cadeira de rodas, nada lhe tendo sido recusado até agora, e no fornecedor da sua escolha, situação que não sabe se mudará quando o médico

sioterapia, duas vezes por semana.

Em relação ao «Gabinete do utente», considerou que se as coisas se passassem normalmente, ele não seria justificado, em termos de HMP. Mas, exactamente por tudo o que aqui está mal, é que se justifica, infelizmente.

A terminar, alertou também para a possibilidade de um futuro hospitalar único militar, devendo a ADFA estar atenta para salvaguardar devidamente a posição dos deficientes militares, tendo ainda em conta que em reabilitação, e dignidade, não basta apenas fazer uma requisição e obter uma ajuda técnica, havendo outras normas a cumprir.



com isso, não leva tal em atenção... porque está ali para ver, apenas, se a luta está rota ou não!»

Quanto ao «Gabinete do utente», ele é, será, um recurso em desespero de causa, um remendo, já que o HMP deve estar preparado, normalmente, para receber e tratar qualquer deficiente militar, o que não acontece. Talvez até mesmo os responsáveis o estejam a preparar, antes, em função de uma futura inexistência, ou desaparecimento, de tal tipo de utente, recorrendo à ideia do gabinete para colmatar a actual situação... e enquanto ela persistir. O «Gabinete» não tem, melhor, não deveria ter, pois, razão de existir, devendo o hospital estar sempre devidamente equipado e preparado, especialmente em termos humanos e de eficiência, para receber os deficientes militares.

• **Artur José Caldeira Vilares**, sócio n.º 8626, Força Aérea, 80% de incapacidade, amputação, acima do joelho, da perna direita e esfacelamento muscular da perna esquerda, perda das membranas dos tímpanos.

• A primeira observação feita foi sobre a grande diferença que parece

que dá a consulta, e que vindo do tempo da guerra colonial conhece e compreende todos os problemas, tiver que ser substituído.

E se há uma avaria na prótese, vai primeiro à oficina e depois de feita a respectiva reparação é que passa a justificá-la na Força Aérea, para esta pagar. «Se eu tiver um problema na minha prótese, não posso andar. E se não posso andar, para que é que hei-de ir ao médico, se não é um problema médico mas apenas de reparação? Devo, naturalmente, ir logo à oficina para que o arranjo seja feito!»

A Força Aérea nunca invocou razões de ordem financeira para deixar de atribuir ajudas técnicas e se o Exército o fez, ou ainda faz, deverá ser por uma questão de verbas mal geridas. De qualquer forma, também no respectivo hospital da F. A., há problemas, já que sendo imenso o pessoal civil hoje integrado no serviço, os militares quase não têm lugar nas consultas, com algumas excepções, claro, entre elas contando-se a dos seus DFA terem garantido, sem necessidade sequer de marcação, atendimento na fi-

nal, de todos os sistemas montados pelo Estado em que, antes de tudo, se procura defender os interesses do próprio Estado e só depois aparece a preocupação pelos interesses dos cidadãos. Mas nesta questão, muito especialmente no que refere a um controlo, aliás inexistente, no fornecimento de ajudas técnicas, o sistema nem para o Estado é bom!

Em terceiro lugar, e finalmente, evidencia-se um confronto entre aquilo que os deficientes militares esperam do seu hospital e aquilo que ele é de facto. Os estabelecimentos hospitalares militares não são diferentes dos restantes hospitais portugueses, isto é, têm uma filosofia de funcionamento e uma estrutura muito semelhantes: são unidades preocupadas, fundamentalmente, e talvez por culpa das próprias solicitações, com casos agudos e crónicos, havendo uma completa desconsideração pelos aspectos ligados à prevenção da doença e à manutenção da saúde.

De tudo isto resulta uma clara incapacidade para enfrentar, e resolver, aquilo que mais preocupa este grupo de deficientes militares e que são questões mais de manutenção e de prevenção do que de tratamento de patologias evidentes, crónicas e agudas. De manutenção da capacidade de mobilidade e do bom estado físico, e de prevenção no sentido de acautelar eventuais consequências, ou do que se chamam situações invalidantes ou progressivas, como seja, por exemplo, o caso de um indivíduo que usando prótese, se ela não for bem feita e/ou se não houver os necessários cuidados adjacentes, corre o risco de ganhar escolioses ou outro tipo de patologias que vão complicar ainda mais a sua situação.

E esta contradição, mesmo confronto, agrava-se se considerarmos que um outro aspecto tem que ser equacionado, o da idade da maioria dos deficientes das Forças Armadas, que deve rondar a média dos 43/45 anos, o qual se desdobra em duas facetas:

— uma, que está a ser agarrada, embora talvez não muito bem, que é a questão das características psicológicas da experiência da guerra — «stress da guerra». São situações que se multiplicam geometricamente, de dramas humanos cuja origem, no fundo, está no facto de se ter esfrangalhado completamente a estrutura psicológica do indivíduo, resultado de

experiências que são, inevitavelmente, traumatizantes. Ninguém sai de uma guerra, mesmo sem ter estado em combate, igual ao que era dantes!

— Outra, de igual modo importante, que é a dos agravamentos das situações patológicas que a idade, naturalmente, provoca. E se em qualquer pessoa, com o avançar dos anos, se começam a sentir problemas com a mobilidade e o funcionamento dos órgãos, nos deficientes existe um cúmulo de situações que deviam obrigar a uma maior especificidade na intervenção e no tratamento.

Daqui, que, quando se fala na necessidade de serviços de psicologia e apoio social adequados ela deve ser enquadrada na certeza de que, realmente, os problemas dos deficientes exigem uma estrutura de tipo e natureza diferente das demais, não podendo ser considerada por critérios normais, mas sim devendo sê-lo em função de tratamento diferenciado para trabalhar a especificidade dos problemas próprios.

Em relação ao «Gabinete do utente», claro que apenas o vejo como estrutura de recurso, e mesmo assim a sua utilidade teria que ser vista em função das competências que lhe fossem atribuídas.

De qualquer forma, a questão de fundo que aqui se põe é a definição do modelo de serviço, ou serviços, que seria adequado à especificidade dos problemas dos deficientes, neste caso os militares. Uma primeira hipótese seria a da alteração do sistema de funcionamento dos hospitais, de forma a se adaptarem a essas necessidades e especificidades. Penso que isso não seja muito fácil, dado que implicaria, também, alterar as mentalidades dos médicos, e outros técnicos, que ali trabalham, no sentido de perceberem os problemas de fundo. Normalmente os médicos, por exemplo, tratam apenas as queixas evidentes, concretas e desconsideram outro tipo de análises — o médico fisiatra, perante alguém que pede uma prótese, deveria olhar, de imediato, para a coluna vertebral, o equilíbrio dos ossos da bacia, etc. Outra solução, que julgo mais fácil, embora não a ideal nem a desejável, seria a de melhorar as respostas adjacentes, isto é, alterar a qualidade e o modo de funcionamento dos serviços complementares, por exemplo, no caso das próteses, os procedimentos administrativos e as condições de avaliação.

Nós...

ELO iniciou, conforme divulgado na sua última edição, uma série de entrevistas com associados, com as quais pretende chamar a atenção para situações cuja resolução se considera premente e que fazem parte, dentro de um critério de justiça sempre defendido pela nossa Associação, da estratégia traçada na área da reivindicação legislativa.

Hoje vamos avançar com dois casos, o primeiro dizendo respeito a um associado que, reconhecidamente grande deficiente, portador de grau de incapacidade superior a 60% e que por ter adquirido a sua deficiência em serviço não englobado no âmbito de campanha da função pública, no momento em que atinge o limite de idade; o segundo, referindo-se a uma sócia, enfermeira pára-quadista, à qual foi retirado parcialmente o subsídio de risco, apesar de agravamento progressivo da sua deficiência, em virtude da data em optar por passar à situação de reforma extraordinária.

Ouvimos, assim, o sócio n.º 458, **Domingos Manuel Vieira (DMV)**, que nos relatou:



DMV — Assentei praça no ano de 1943, em Cavalaria 7, e um dia, já na minha função de mecânico, procedendo à limpeza do motor de um carro de combate, o desperdício com que o fazia foi apanhado pela engrenagem, tendo-me sido decepada a mão direita pelas pás da ventoinha. Evacuado para o HMP, fui operado, tendo a equipa médico-cirúrgica procedido à amputação do braço direito pelo terço inferior.

Presente à Junta, fui considerado incapaz para todo o serviço militar, com uma desvalorização de 70%, a que correspondeu, durante cerca de 30 anos, uma pensão de 31\$00.

ELO — Cento e trinta e um escudos?! E nunca foi aumentado?

DMV — Não, nesses tais 30 anos não, mas na altura de Marcelo Caetano passei a receber mais 500\$00, isto é, 631\$00 mensais.

ELO — E esse valor manteve-se durante quanto tempo?

DMV — Não me recordo bem. O que sei é que só após o 25 de Abril, e com a intervenção da Associação, de que sou sócio desde a primeira hora, esse montante foi revisto e atualizado, cifrando-se, hoje, em 46 800\$00.



Mas voltando ao passado, após a alta hospitalar, em 1945, e porque, como é de supor, não conseguia viver com 131\$00, procurei emprego e consegui ingressar na função pública, em 47, mais precisamente na então Junta Nacional das Frutas, depois IROMA e agora Instituto da Qualidade Alimentar.

ELO — Claro que passou logo a fazer descontos para a Caixa Geral de Aposentações, ou a sua congénere de então?

DMV — Não, longe disso! E aí está mais uma injustiça de que estou a ser vítima. Como pensionista que era, com os tais 131\$00, era-me vedado o direito de descontar para a aposentação, situação que só foi alterada a partir de 1965. Repare que são 18 anos num total de 45 de prestação de serviço ao Estado, o que vem, aos 70 anos de idade, obrigar-me a uma reforma correspondente a 27 anos de contagem de tempo.

ELO — Razão acrescida, julgamos, para o direito, que pretende ser-lhe reconhecido, à acumulação da pensão de invalidez com a da aposentação da função pública?

DMV — É evidente! A actual situação é, acho eu, duplamente injusta. Por um lado, por ter direito a uma magra pensão, não me permitiram descontar para a minha futura reforma, e isso durante quase 20 anos; por outro, a reforma de valor reduzido a que terei direito, em face dos anos autorizados de desconto, não pode acumular com a pensão de invalidez, sendo eu um grande deficiente.

ELO — Quer dizer, ao ter que optar, se o fizer pela pensão, efectuou descontos de que não aproveitará... e não lhe serão devolvidos; se o fizer pela reforma, perde o direito à pensão que lhe é devida, e foi sempre reco-

nhecida, por se ter tornado deficiente ao serviço das Forças Armadas?!

DMV — É isso mesmo! E por tal, embora sabendo que a Associação tem estado em contacto com as entidades convenientes para a resolução geral de casos semelhantes, que acredito irão ser positivas e logicamente resolvidos, tive que avançar, já em Fevereiro do ano passado, com um requerimento específico, dirigido ao sr. secretário de Estado da Defesa Nacional, visto que a minha passagem à reforma, e portanto também a data limite de opção, se verificar a 27 de Março de 1992.

Eugénia do Espírito Santo Sousa (EESS), sócia n.º 10 315, contou-nos, também, a sua história:

EESS — Nascida em Cabo Verde, cedo me senti atraída pela vida militar e pela sua envolvência, no momento em que Portugal, face à Segunda Guerra Mundial, havia reforçado o seu dispositivo de defesa no arquipélago. Tendo ido para o Porto em 1956, a fim de frequentar o curso auxiliar de enfermagem, aí mais se acentuou o meu gosto pelo ambiente militar, tanto mais que muitos dos rapazes da minha idade, e das minhas relações, estavam na tropa. Posteriormente, em Lisboa, e no final do curso geral de enfermagem, tendo já eclodido a guerra colonial, apresentei a minha candidatura para enfermeira das tropas pára-quadistas, tendo sido umas das cinco que, entre 30, recebeu a boina verde... e passou, desde

logo, a receber o respectivo subsídio de risco.

ELO — E precursoras que, afinal, foram, da integração das mulheres nas Forças Armadas, também cumpriram as suas comissões?

EESS — Com certeza! E nas 3 frentes! Foi, aliás, já em 1967, quando preparava nova ida para África, nesse caso Moçambique, que tive, em Tancos, o meu acidente num salto de treino, de que resultou a fractura da bacia e consequente incapacidade para saltar de pára-quadas. No entanto, seis meses depois, e após o necessário tratamento e recuperação, fui considerada apta para continuar a fazer serviço de evacuações, pelo que segui, primeiro para Moçambique e depois para a Guiné.

ELO — E deixando de saltar, foi-lhe retirado o respectivo subsídio de risco?

EESS — Não, visto não só ele ser inerente à boina que não me fora retirada, como também porque essa impossibilidade se deveu a acidente em serviço.



De qualquer maneira, as condições em que efectuavam as evacuações, as sucessivas descolagens e aterragens, e as viagens em si mesmas, agravaram substancialmente o meu estado, tendo eu chegado ao ponto de, para não demonstrar fraqueza, ou mesmo coxear, diante dos soldados feridos, utilizar forte automedicação, acabando por ter que ser evacuada para a Metrópole.

ELO — E é nessa altura que passa à reforma?

EESS — Ainda não. Aliás, após novo tratamento, tinha já marcada nova comissão para Moçambique, quando se deu o 25 de Abril, tendo aquela, logicamente, sido cancelada. E é já depois disso, com períodos alternados de recuperação e de agravamento, mas sempre ao serviço, que vou a nova Junta, a qual me considera apta apenas para o serviço de enfermagem. Será então, já como capitão, que fre-

quento um curso de professora, dou aulas e integro, pela Força Aérea, a Comissão Instaladora da Escola de Serviço de Saúde Militar, estabelecimento onde me hei-de conservar até 1982/83, continuando a receber, na totalidade, o subsídio de risco.

ELO — Até quando se mantém tal situação?

EESS — É em 1983 que, considerando-me fisicamente incapaz para continuar a exercer as minhas funções militares, e portadora de uma incapacidade de 39,556% peço a minha passagem à reforma extraordinária, a qual me é concedida, julgando eu que a mesma reflectiria, na totalidade, vencimento e subsídios que até ali recebia, tal como prevê o DL 43/76.

ELO — E isso não aconteceu?

EESS — Aparentemente sim, durante os primeiros meses. Mas logo fui obrigada a repor parte do subsídio de risco recebido na nova situação, passando ele a ser calculado, a partir de então, em função dos anos de serviço e não, como

por espírito de missão, dedicaram, com prejuízo de saúde já afectada, ao serviço das Forças Armadas, o melhor de si próprios, não deviam ser prejudicados em relação a direitos atribuídos, e lendo na Constituição da República Portuguesa que todo o cidadão é igual perante a Lei, recorri ao competente tribunal administrativo o qual, no entanto, invocando o disposto no Estatuto da Aposentação e, quanto a mim, não sabendo interpretar correctamente o espírito do DL 43/76, não considerou procedente os fundamentos do meu recurso.

Por outro lado, sabendo-se que, com a entrada em vigor do actual Estatuto Remuneratório das Forças Armadas, o subsídio de risco passou a ser parte integrante de alguns vencimentos — o que resulta no seu recebimento, na totalidade, pelos DFA, aposentados ou pensionistas, abrangidos — parece ainda mais injusto e discriminatório o que continua a passar-se com as tropas pára-quadistas, em que aquele constitui abono aparte do vencimento.

Claro que, e aqui, apelo a quem de direito para a solução deste problema, que já não é jurídica mas apenas, e simplesmente, política.



seria lógico, estava previsto a ser cumprido, em função da totalidade do vencimento do posto.

ELO — Suponho que o mesmo aconteceu para toda a gente nas mesmas condições?

EESS — Não, e tal é o mais absurdo e injusto. É que todos aqueles considerados, como eu, deficientes das Forças Armadas, que passaram à reforma extraordinária antes da publicação do DL 75/83 (8/FEV), continuaram a receber tal subsídio pela totalidade. Como exemplo curioso, cito-lhe o caso de uma camarada que, acidentando-se depois de mim, passa logo, e isto antes de 83, à reforma extraordinária, recebendo a partir dessa altura, e ainda hoje, o subsídio de risco por inteiro.

ELO — Claro que isso lhe mereceu uma reacção?

EESS — Evidente! Pa-recendo-me de profunda injustiça que aqueles que,



S...
 experiências que são, inevitavelmente, traumatizantes. Ninguém sai de uma guerra, mesmo sem ter estado em combate, igual ao que era dantes!

— Outra, de igual modo importante, que é a dos agravamentos das situações patológicas que a idade, naturalmente, provoca. E se em qualquer pessoa, com o avançar dos anos, se começam a sentir problemas com a mobilidade e o funcionamento dos órgãos, nos deficientes existe um cúmulo de situações que deviam obrigar a uma maior especificidade na intervenção e no tratamento.

Daqui, que, quando se fala na necessidade de serviços de psicologia e apoio social adequados ela deve ser enquadrada na certeza de que, realmente, os problemas dos deficientes exigem uma estrutura de tipo e natureza diferente das demais, não podendo ser considerada por critérios normais, mas sim devendo sê-lo em função de tratamento diferenciado para trabalhar a especificidade dos problemas próprios.

Em relação ao «Gabinete do utente», claro que apenas o vejo como estrutura de recurso, e mesmo assim a sua utilidade teria que ser vista em função das competências que lhe fossem atribuídas.

De qualquer forma, a questão de fundo que aqui se põe é a definição do modelo de serviço, ou serviços, que seria adequado à especificidade dos problemas dos deficientes, neste caso os militares. Uma primeira hipótese seria a da alteração do sistema de funcionamento dos hospitais, de forma a se adaptarem a essas necessidades e especificidades. Penso que isso não seja muito fácil, dado que implicaria, também, alterar as mentalidades dos médicos, e outros técnicos, que ali trabalham, no sentido de perceberem os problemas de fundo. Normalmente os médicos, por exemplo, tratam apenas as queixas evidentes, concretas e desconsideram outro tipo de análises — o médico fisiatra, perante alguém que pede uma prótese, deveria olhar, de imediato, para a coluna vertebral, o equilíbrio dos ossos da bacia, etc. Outra solução, que julgo mais fácil, embora não a ideal nem a desejável, seria a de melhorar as respostas adjacentes, isto é, alterar a qualidade e o modo de funcionamento dos serviços complementares, por exemplo, no caso das próteses, os procedimentos administrativos e as condições de avaliação.

ELO iniciou, conforme divulgado na sua última edição, uma série de entrevistas com associados, com as quais pretende chamar a atenção para situações cuja resolução se considera premente e que fazem parte, dentro de um critério de justiça sempre defendido pela nossa Associação, da estratégia traçada na área da reivindicação legislativa.

Hoje vamos avançar com dois casos, o primeiro dizendo respeito a um associado que, reconhecidamente grande deficiente, portador de grau de incapacidade superior a 60% e que por ter adquirido a sua deficiência em serviço não englobado no âmbito de campanha da função pública, no momento em que atinge o limite de idade; o segundo, referindo-se a uma sócia, enfermeira pára-que-dista, à qual foi retirado parcialmente o subsídio de risco, apesar de agravamento progressivo da sua deficiência, em virtude da data em optar por passar à situação de reforma extraordinária.

Ouvimos, assim, o sócio n.º 458, Domingos Manuel Vieira (DMV), que nos relatou:



DMV — Assentei praça no ano de 1943, em Cavalaria 7, e um dia, já na minha função de mecânico, procedendo à limpeza do motor de um carro de combate, o desperdício com que o fazia foi apanhado pela engrenagem, tendo-me sido decepada a mão direita pelas pás da ventoinha. Evacuado para o HMP, fui operado, tendo a equipa médico-cirúrgica procedido à amputação do braço direito pelo terço inferior.

Presente à Junta, fui considerado incapaz para todo o serviço militar, com uma desvalorização de 70%, a que correspondeu, durante cerca de 30 anos, uma pensão de 131\$00.

ELO — Cento e trinta e um escudos?! E nunca foi aumentado?

DMV — Não, nesses tais 30 anos não, mas na altura de Marcelo Caetano passei a receber mais 500\$00, isto é, 631\$00 mensais.

ELO — E esse valor manteve-se durante quanto tempo?

DMV — Não me recordo bem. O que sei é que só após o 25 de Abril, e com a intervenção da Associação, de que sou sócio desde a primeira hora, esse montante foi revisto e actualizado, cifrando-se, hoje, em 46 800\$00.



Mas voltando ao passado, após a alta hospitalar, em 1945, e porque, como é de supor, não conseguia viver com 131\$00, procurei emprego e consegui ingressar na função pública, em 47, mais precisamente na então Junta Nacional das Frutas, depois IROMA e agora Instituto da Qualidade Alimentar.

— ELO — Claro que passou logo a fazer descontos para a Caixa Geral de Aposentações, ou a sua congénere de então?

EMV — Não, longe disso! E aí está mais uma injustiça de que estou a ser vítima. Como pensionista que era, com os tais 131\$00, era-me vedado o direito de descontar para a aposentação, situação que só foi alterada a partir de 1965. Repare que são 18 anos num total de 45 de prestação de serviço ao Estado, o que vem, aos 70 anos de idade, obrigar-me a uma reforma correspondente a 27 anos de contagem de tempo.

ELO — Razão acrescida, julgamos, para o direito, que pretende ser-lhe reconhecido, à acumulação da pensão de invalidez com a da aposentação da função pública?

DMV — É evidente! A actual situação é, acho eu, duplamente injusta. Por um lado, por ter direito a uma magra pensão, não me permitiram descontar para a minha futura reforma, e isso durante quase 20 anos; por outro, a reforma de valor reduzido a que terei direito, em face dos anos autorizados de desconto, não pode acumular com a pensão de invalidez, sendo eu um grande deficiente.

RENAULT

**AOS MILITARES
E FUNC. DAS INST. MILITARES**

**VENDAS DE VIATURAS RENAULT
DESCONTOS ESPECIAIS**

Renault Portuguesa, S.A.
Contacto

Deleg. de Vendas — Bernardes
Stand: Telef. 859 00 58 — Fax 859 16 90
Resid.: Telef. 443 19 51 (depois das 19.00 h)



Viaturas RENAULT

PREÇOS NAS CORES OPACAS
EM VIGOR A PARTIR DE 91.11.11

MODELOS	PREÇO BASE	P. V. P.
Renault Clio RL 1.1 3 p	1 043 918\$00	1 431 212\$00
Renault Clio RL 1.1 5 p	1 102 138\$00	1 456 966\$00
Renault Clio RN 1.2 3 p	1 166 232\$00	1 605 277\$00
Renault Clio RN 1.2 5 p	1 225 398\$00	1 674 502\$00
Renault Clio RT 1.2 3 p	1 302 633\$00	1 764 867\$00
Renault Clio RT 1.2 5 P	1 360 426\$00	1 832 484\$00
Renault Clio RT 1.4 3 P	1 390 774\$00	2 027 205\$00
Renault Clio RT 1.4 5 p	1 449 941\$00	2 096 431\$00
Renault Clio Baccara	1 926 988\$00	2 654 576\$00
Renault Clio Sport 3 p	1 346 154\$00	1 975 000\$00
Renault 19 GTS 5 p	1 532 377\$00	2 198 146\$00
Renault 19 TSE 5 p	1 762 889\$00	2 467 845\$00
Renault 19 TR Drive	1 438 081\$00	1 961 038\$00
Renault 19 GTS Dynamic (P)	1 679 707\$00	2 370 522\$00
Renault Chamade GTS	1 562 675\$00	2 233 594\$00
Renault Chamade TSE	1 797 804\$00	2 508 695\$00
Renault Chamade TR Drive	1 425 098\$00	1 945 848\$00
Renault 21 GTI Bicorpo	1 809 875\$00	2 528 838\$00
Renault 21 GTL Tricorpo	1 809 875\$00	2 528 838\$00
Renault Express Combi, 5 lug.	1 228 544\$00	1 655 999\$00
Renault Express Break 1.2	1 448 724\$00	1 977 000\$00

VIATURAS EQUIPADAS COM CAIXA AUTOMÁTICA

Renault Clio Baccara 3 P	2 077 843\$00	2 831 076\$00
Renault Clio Baccara 5 P	2 117 843\$00	2 877 876\$00
Renault 19 GTS	1 683 232\$00	2 374 646\$00
Renault 19 TSE	1 913 744\$00	2 644 345\$00

Transferência+Transportes=
Renault 4 — 17 980\$00; Renault Clio — 17.980\$00; Renault 19 —
22.480\$00; Renault Chamade — 22.480\$00; Renault 21 — 22 480\$00; Renault
Express, 22 480\$00.

NOTA: Os preços aqui apresentados não contemplam as cores metaliza-
das. As cores metalizadas variam entre os 19 891\$00 e os
30 817\$00.

VENDAS ESPECIAIS PARA DEFICIENTES

Atendimento aos sócios:

Sede: dias úteis, das 16 às 18 horas, ou na
residência, a partir das 19 horas (Telef. 443 19 51);

Porto: primeiro sábado de cada mês;

Outras Delegações: de acordo com os pedidos.

Delegado de vendas: **Sr. Bernardes**



EXPERIÊNCIA VIVA

Interessado no novo Renault Clio? É compreensível.
Indeciso sobre qual a versão que mais lhe convém?
Visite-nos e faça um ensaio do Renault Clio.

...e tudo se transforma



CARRO DO ANO 1991

RENAULT
Ao Ritmo da Vida

CONCESSIONÁRIO

RENAULT PORTUGUESA, S.A. (Sucursal)

Rua Dr. José Espírito Santo, Lote 11-E (Oficina, peças) — Tel.: (01) 859 00 58
1900 LISBOA

Av. Frei Miguel Contreiras, 18-A (Oficina, peças) — Tel.: 80 84 98/88 61 14
1700 LISBOA

Av. de Roma, 25 (Stand) — Tel.: 76 50 71/2 — 1000 LISBOA

Av. Infante D. Henrique, Lote 575 (Stand) — Tel.: 31 91 30/31 91 61 — 1800 LISBOA

QUEREMOS... PODEMOS!



ACAPO

ASSOCIAÇÃO DOS CEGOS
E AMBLÍOPES DE PORTUGAL

Acções de formação profissional

Pede-nos ACAPO, e é com o maior prazer que o
passamos a fazer, que divulguemos o relançamento de
cursos de formação profissional destinados a cegos e
amblíopes, seus associados, ou a quem se deseje
inscrever como tal.

I — OBJECTIVOS

A ACAPO vai de novo lançar um programa da
formação co-financiada pelo I.E.F.P., tendo como
objectivo principal promover o desenvolvimento dos
seus associados, visando integrá-los no mercado de
emprego.

II — CONTEÚDO

As acções a promover são as seguintes:

a) Formação de Técnicos de Stenokey — envol-
vendo 20 formandos desempregados com idade inferior
a 25 anos.

b) Formação de Técnico de Informática na Óptica
da Gestão, envolvendo 15 formandos desempregados
com idade inferior a 25 anos, e 15 formandos com idade
superior a 25 anos desempregados de longa duração.

III — DURAÇÃO

A duração de cada acção será de:

— Técnico de Stenokey — 1800 horas (4,5 horas/
diárias).

— Técnicos de Informática — 600 horas (4 horas/
diárias)

— Telefonistas/Recepcionistas — 1200 horas (4
horas/diárias).

As acções de Técnicos de Stenokey terão a dura-
ção de 2 anos.

As acções de Telefonistas/Recepcionistas, terão a
duração de 1,5 ANO.

IV — INSCRIÇÕES

Todos os interessados deverão fazê-lo de imedia-
to, preenchendo o boletim de inscrição respectiva.

Todos os interessados serão avaliados nas suas
potencialidades a fim de se proceder à sua selecção
devidamente orientada para o exercício futuro da
actividade profissional escolhido.

Os candidatos deverão ter disponibilidade total
para os horários que serão organizados, devidamente
enquadrados nos princípios pedagógicos estabelecidos.

V — SUBSÍDIOS

Os subsídios a atribuir aos formandos são os
seguintes:

— Bolsa de formação — 216\$00 por cada hora.

— Subsídio refeição — 400\$00 POR cada dia de
almoço.

— Passe social — (Lisboa).

Aos formandos deslocados (residentes a mais de
50 Km), estão previstos os seguintes subsídios comple-
mentares:

— Bolsa de habitação — limite possível 25 000\$00
mensal, contra apresentação de facturas oficiais.

— 3 deslocações ida e volta ao local de residência.

Nota: É obrigatória a inscrição como associada da
ACAPO. Se ainda o não é, poderá fazer a sua inscrição
nestas acções de formação e simultaneamente a sua
inscrição na ACAPO, devendo, para este último caso,
solicitar o envio da respectiva proposta.

Exposição táctil em Aveiro

Aproveitamos ainda este espaço para informar
que o Museu de Aveiro tem aberta, desde o dia 25 de
Fevereiro p.p. e até ao mês de Junho próximo, uma
exposição denominada «Um dia no convento — expo-
sição táctil», a qual tendo já estado parente ao público.
de Junho a Dezembro de 1991, no Convento dos
Cardeais, se destina principalmente ao deficiente
visual.

Horário: 3.ª-feiras e domingos, das 10 às 12.30 e
das 14 às 17, devendo ser marcada antecipadamente a
visita (R. St.ª Joana Princesa, tel. 23297, Aveiro).

INFORMAÇÕES AOS SÓCIOS

PENSÕES

Actualização — DFAs

Nos termos da Portaria 77-A/92, e obedecendo aos princípios do DL 43/76, foram processadas, em Março, as pensões dos DFA com uma actualização de 8% acrescidos de 2,5% de Suplemento da Condição Militar.

Informamos ainda que, caso as remunerações do activo venham a ser objecto de medidas complementares de actualização geral, as referidas pensões serão também alteradas em conformidade, e em função do seu regime específico, assim como a aplicação da nova estrutura indicária que veio introduzir melhorias em alguns dos seus valores e que tem efeito retroactivo a 01 JAN 92.

IRS

O art.º 28.º da Lei 2/92 de 9 de Março (Orçamento do Estado), concedeu autorização legislativa ao Governo para afastar de tributação em IRS, 30% do rendimento anual referente a pensões auferidas por deficientes com grau de incapacidade igual ou superior a 60%. Embora ainda esteja por publicar o respectivo decreto regulamentar, que irá explicitar o âmbito e forma de aplicação de tal autorização, prevendo-se que não contunda com as deduções específicas da categoria H referidas no art.º 51.º do CIRS, afigura-se-nos constituir esta medida um passo importante no sentido de uma maior justiça na tributação de reformados e pensionistas, grandes deficientes, aliás como em ELO, faz agora precisamente dois anos (MAR90), tal defendia um nosso sócio, na secção «Escrevem os sócios...»



Por se julgar de interesse, a transcrição de parte do art.º 28.º da Lei n.º 2/92, referida na notícia sobre IRS:

«Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares (IRS)

1 — Fica o Governo autorizado a:

a) Excluir da tributação 30% do montante das pensões auferidas por sujeitos passivos deficientes com grau de invalidez permanente igual ou superior a 60%...»

IRS

Desbloqueamento de escalões

Última hora:

Segundo informação da Caixa Geral de Aposentações, já deram entrada nos seus serviços as listagens respeitantes aos deficientes militares dos três ramos, na totalidade em relação à Armada e à Força Aérea, estando ainda por receber, quanto ao Exército, as listas da Região Militar Norte.

Prevê-se a C.G.A. que o respectivo processamento se faça já em Maio, sendo pagos os nomes ainda em falta à medida que forem recebidas as comunicações próprias.

Serviço de contencioso

— atendimento aos sócios —

Na continuação da reestruturação já há tempos empreendida no Serviço de Contencioso da Sede, informam-se os sócios que o nosso advogado passou a receber os interessados as 3.ª e 5.ª-feiras a partir das 14 horas, devendo ser feita a respectiva marcação prévia quer pessoalmente quer pelo telefone (01) 346 21 67/8.

«Grande Reportagem» em sonoro

A Biblioteca Pública de Abrantes — sediada no Convento de São Domingos, 2200 Abrantes — iniciou a gravação audio da revista mensal «Grande Reportagem», a qual é posta à disposição de quem o solicitar, conforme as suas próprias palavras: «Se pretender estar a par do que vai pelo Mundo e viajar sem sair do seu canto, envie-nos, no início de cada mês uma cassette de 90 minutos que nós faremos chegar até si uma cópia da Grande Reportagem Sonora.»

No sentido de apoiar os sócios cegos e amblíopes que estejam interessados em aproveitar esta iniciativa da Biblioteca Pública de Abrantes, a ADFA coloca à sua disposição envólucros CECOGRAMA (que não carecem de selo) para o envio das cassetes, podendo as mesmas ser requisitadas para a Sede, Departamento de Assuntos Sociais e Culturais/DASC.

QUESTIONÁRIO ASSOCIATIVO

Reservando-nos para, no ELO de Abril, tecermos as necessárias análises, e comentários, aos questionários associativos recebidos até agora, podemos informar que, feito o anunciado sorteio para atribuição de três CD «Meninos de ouro» aos que enviaram as suas respostas até ao dia 18 de Março, na presença de representantes do Conselho Fiscal Central, do GOS, do DASC e do Contencioso, foram os seguintes os sócios contemplados:

— José Santos, sócio n.º 7245 (n.º de entrada 062/21-2-92);

— Alcindo Cândido Raimundo, sócio n.º 7354 (n.º de entrada 150/12-3-92), e

— Vítor Manuel D. G. Justo, sócio n.º 799 (n.º de entrada 143/11-3-92).

Estes associados deverão entrar em contacto, logo que possível, com o DASC (Luísa Braga), a fim de informarem como desejam receber o seu prémio, tendo em atenção que, caso não possuam um leitor de disco compacto (CD), podem optar por cassette áudio ou disco de vinil.

ADFA vai promover «CURSO DE FORMAÇÃO PARA MONITORES DE TEORIA DE CONDUÇÃO E MECÂNICA»

— CANDIDATOS PRECISAM-SE —

O Departamento de Reabilitação da ADFA vai organizar, em colaboração com uma escola de condução e com o apoio do IEFP (Fundo Social Europeu), um curso de formação para monitores de teoria de condução e mecânica, aberto a deficientes (com exclusão de cegos, surdos-mudos, tetraplégicos e bi-amputados dos membros superiores), com o seguinte perfil, para além da necessidade de carta de condução:

- 11.º ano (eventualmente o 9.º);
- capacidade de comunicação;
- fácil verbalização;
- segurança de raciocínio;
- paciente (não ansioso), e
- fluência verbal.

O curso, que será devidamente avalizado, após o seu termo, pela Direcção Geral de Viação, durará cerca de 2 meses, podendo garantir entre 10 e 40 empregos directos, com uma remuneração mensal de 100 a 120 mil escudos.

INFORMAÇÕES E INSCRIÇÕES:

ADFA/Departamento de Reabilitação
(Telefone 01/342 62 47)

VENDEDOR — Precisa-se

Empresa do ramo comercial, situada na área da Grande Lisboa, necessita de vendedor para produtos de pulverização, com deslocações frequentes por todo o país.

REQUISITOS:

- habilitações mínimas: 4.ª classe
- carta de condução, e
- facilidade de comunicação.

CONDIÇÕES:

- vencimento base acrescido de comissões.

Os candidatos interessados e que reúnam os requisitos acima referidos, devem contactar a dr.ª Elisabeth Lourenço (técnica de emprego), através dos telefones (01) 342 62 47 ou (01) 346 21 67, para marcação de entrevista.

FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Cursos/Sede para 1993

Estão abertas inscrições para os cursos de Formação Profissional a levar a cabo pela ADFA em Lisboa, conforme seguidamente se indica:

CURSOS: Técnico Ceramista, Técnico Reparador de Electrodomésticos, Técnico de Artes Gráficas e Técnico Administrativo.

DESTINATÁRIOS: Indivíduos portadores de deficiência física, adquirida ou congénita, cuja idade mínima seja 16 anos.

DURAÇÃO: 1600 horas com início em Janeiro de 1993, excepto Técnico Administrativo com início em 15 de Abril de 1992.

LOCAL: Associação dos Deficientes das Forças Armadas — Palácio da Independência, Largo de S. Domingos, 1194 Lisboa Codex.

CUSTOS: A acção é co-financiada pelo FSE e apoiada pelo IEFP.

Aos formandos é atribuída uma bolsa de formação que inclui seguro de risco e um subsídio de transporte.

CERTIFICADO: Concessão de um certificado final (diploma).

INFORMAÇÕES E INSCRIÇÕES: Na ADFA, Dep. Reabilitação ou pelo telef: 3426247.

SEDE

ASSISTÊNCIA MÉDICA E PSICOSSOCIAL

CLÍNICA GERAL

Médico: sócio dr. Fernando Brito Terças e sextas-feiras, às 13 horas

PSIQUIATRIA

Médico: dr. Proença Terças-feiras, às 12 horas.

PSICOLOGIA — «Stress de guerra»

dr.ª Paula Frazão Terças, Quartas e Sextas-feiras, 10/12 h.

ORIENTAÇÃO ESCOLAR E PROFISSIONAL

dr.ª Cecília Pires e Paula Frazão Quartas-feiras, 9/12.30-14/18 h.

SERVIÇO SOCIAL

Técnica de Serviço Social: dr.ª Gracinda Benedito Segundas e Quartas-feiras, 14.30/17.30 h.

Outros Serviços

SERVIÇOS GERAIS E EXPEDIENTE:

Segundas a sextas-feiras, das 09H00 às 12H30 e das 14H00 às 18H00

BAR E CANTINA

Segundas a sextas-feiras 10H10/10H30 (só pequenos-almoços); 12H30/18H00

SECÇÃO FOTOGRÁFICA:

Horário normal de expediente a cargo do sr. João Domingos (Recepção)

- As consultas efectuam-se todas no consultório médico da Sede.
- As marcações são feitas do DASC., 1.º andar, por Luísa Braga, devendo o sócio indicar objectivamente qual a consulta que pretende, ou informar-se dos serviços prestados por cada uma. Poderá também fazer a marcação pelo telefone 346 21 67/8.
- As consultas de «stress de guerra» e as sessões de Orientação Escolar e Profissional (estás destinadas a filhos de sócios), estão sujeitas a marcação prévia, a qual deve ser feita directamente pelo telefone 32 62 47.

NOVA SEDE

PARTICIPANDO CONSTRUÍMOS O FUTURO!

A par do avanço das obras da nova Sede, agora menos visíveis porque interiores e de acabamentos, prossegue a campanha de angariação de fundos, nas suas várias «frentes». E se em relação ao envio de cartas às mil maiores empresas, foi decidido suspendê-la até que estejam prontos quer um desdobrável quer um «spot» de divulgação para televisão, o que, em simultâneo, poderá ajudar a uma melhor/menor predisposição para mais significativos contributos, tal não correspondeu, felizmente, ao total não recebimento de donativos, havendo que acrescentar à relação do mês passado os seguintes: «Cfé Delta» e «Investimentos e Participações Empresariais» (100 000\$00 cada), «Pingo Doce» (50 000\$00) e «SECIL» (50 sacos de cimento).

Entretanto, ultimam-se os preparativos para a grande exposição da série de quadros da pintora Helena Justino intitulada «A África e a Guerra Colonial», da qual, como se tem dito, faz parte a obra «Batalha II», sobre que foi feita uma edição litográfica, inteiramente oferecida à ADFA para comercialização, pela «Editora Preto no Branco». É apaz-nos aqui registar, e realçar, que para além desta oferta e da co-organização da exposição, tanto o editor Fernando Rebelo como a própria artista, se têm desdobrado em actividade para conseguirem a colaboração de outros pintores, galerias e casas ligadas às artes, pelo que estarão também presentes, entre outros que ainda se espera apoiem a iniciativa, Maria José Camões, Guilherme Parente, Alfredo Luz e Paulo Mathieu, para além de Raul Indipwo, assim como os ateliers «António Inverno» e «Aladino», o «Centro Português de Serigrafia» e a «Unilaser», havendo todo um suporte de divulgação a cargo da «FM»/Publicidade.

NÃO DEIXES DE APARECER! Salão Nobre do Palácio da Independência, de 15 a 26 de Abril (com excepção do Domingo de Páscoa), das 12 às 20 horas. E TRAZ UM AMIGO TAMBÉM!

Quanto às nossas contas próprias, e publicando hoje, conforme indicado em Fevereiro, também a listagem referente a esse período, temos:

Transporte (JAN92) 9 739 398\$20

SÓCIOS

N.º	NOME	QUANTIA
(Sede)		
9 491	Zacarias V. Alexandre	10 000\$00
10 003	Joaquim S. C. Serrador	10 000\$00
229	Fernado L. Afonso	10 000\$00
8 297	José A. S. Valido	1 000\$00
10 217	Adelino C. Marques	3 000\$00
6 700	Martinho Carlos	5 000\$00
510	Felismino H. M. Gomes	5 000\$00
10 893	Manuel A. D. Bravo	1 000\$00
1 363	Álvaro M. Galvão	5 000\$00
8 495	Manuel N. Duarte	6 000\$00
1 436	José Silva	5 000\$00
305	Alberto C. Baptista	1 000\$00
12 501	José T. Miguel	5 000\$00
1 686	Armindo M. Pereira	2 000\$00
1 222	Joaquim G. Sendão	5 000\$00
11 415	Manuel J. Ramos	5 000\$00
567	Manuel F. C. G. Seleiro	5 000\$00
(Coimbra)		
3 282	Manuel A. D. M. Caetano	2 000\$00
7 962	Afonso L. M. Sousa	5 000\$00
3 557	Américo Z. Oliveira	1 000\$00
6 836	Manuel A. J. Cruz	8 000\$00
6 989	Alberto S. Mendes	3 000\$00
5 426	Manuel N. Ribeiro	5 000\$00
7 929	José F. F. Silva	5 000\$00
109	Alberto N. Alves	5 000\$00
6 501	José A. S. Martins	1 000\$00
10 973	António C. F. Rolo	1 000\$00
12 046	Victorino F. A. S. Paulo	5 000\$00
12 234	António M. Azedo	2 000\$00
8 057	Faustino F. Estanqueiro	2 000\$00
926	Celestino J. Martinho	5 000\$00
10 038	Manuel P. Gonçalves	10 000\$00
12 112	Manuel A. Fajardo	2 000\$00
12 012	Manuel S. Pereira	2 000\$00
5 250	Fernando S. Vieira	2 000\$00
12 395	José R. Almeida	1 000\$00
531	Manuel D. Loureiro	1 000\$00
2 018	Viriato F. Martins	2 000\$00

(Ponta Delgada)		
5 316	Severiano L. P. Almeida	3 000\$00
5 822	Tobias M. Medeiros	1 000\$00
5 919	Jaime F. L. Domingues	10 000\$00
6 657	Hermano A. Teves	2 000\$00
7 547	Manuel P. S. Medeiros	1 000\$00
5 599	João L. C. Costa	2 000\$00
5 901	João F. B. Faria	1 000\$00
786	José R. Laranjo	2 000\$00
7 646	Francisco J. Spínola	1 000\$00
6 975	Luís A. B. Cabral	1 000\$00
7 449	Brivaldo S. B. Picanso	1 000\$00
2 634	António B. L. Gonçalves	1 000\$00
5 027	Valdemiro M. S. Cunha	1 000\$00
6 634	Manuel B. Melo	1 000\$00
4 789	Luís M. S. Picanço	1 000\$00
5 023	Manuel V. Vasconcelos	1 000\$00
8 154	Manuel P. Luís	1 000\$00
11 113	Pedro J. Alves	1 000\$00
5 779	Jaime A. M. M. Almeida	10 000\$00
6 743	Edmundo P. C. Leitão	1 000\$00
10 976	Norberto M. B. Neves	1 000\$00
6 189	Manuel E. Cabral	1 000\$00
1 821	José B. Castro	1 000\$00
5 920	João C. M. Rufino	1 000\$00
5 821	José C. Tavares	3 000\$00
8 039	Carlos A. Pacheco	1 000\$00
5 911	António P. Costa	1 000\$00
1 515	José S. Rocha	3 000\$00
4 457	Francisco G. S. Carvalho	2 000\$00
4 452	Jacinto M. Silva	5 000\$00
4 634	Adão M. Leonardo	5 000\$00
3 735	Eduardo J. V. Cabral	5 000\$00
10 465	Mário V. Silva	1 000\$00
5 910	Virgínio A. Braga	1 000\$00
—	Dagoberto M. C. Boga	1 000\$00

(Setúbal)		
2 948	António A. Parreira	5 000\$00
4 500	Manuel J. G. Caeiro	1 000\$00
793	Manuel M. P. Gonçalves	1 000\$00
4 636	Aristides F. Santinho	1 000\$00
1 705	António C. Carvalhinho	1 000\$00
2 077	António M. Pereira	1 000\$00
2 078	Domingos C. Pires	1 000\$00
9 028	Rui M. S. Bizarro	1 000\$00
2 367	Joaquim A. Raposo	1 000\$00
5 372	Leonel J. Rosa	1 000\$00
10 432	José M. O. Soares	5 000\$00
8 300	António M. Nobre	1 000\$00

(Viseu)		
586	António P. Ferreira	5 000\$00
963	Abílio J. L. Pires	12 000\$00

A transportar (FEV92) 10 005 398\$20

(Sede)		
1 917	José L. Teotónio	15 625\$00
1 149	Hernâni B. Amado	10 000\$00
2 928	José H. Carneiro	10 000\$00
773	Domingos F. Araújo	10 000\$00
6 678	Joaquim B. Mestre	5 000\$00
5 997	Adelino J. M. Barros	2 000\$00
1 305	João C. Candeias	5 000\$00
10 401	José A. A. Ferreira	5 000\$00
2 715	Fernando R. Serrano	5 000\$00
7 946	José C. C. Coelho	5 000\$00
7 306	José M. S. Gonçalves	5 000\$00
9 659	António C. C. Pinho	1 000\$00
8 914	Fernando A. G. Valentim	5 000\$00
2 169	Cândido F. Pereira	1 000\$00
7 636	José F. P. Ribeiro	1 000\$00

(Castelo Branco)		
3 904	José J. Martins	2 000\$00
3 559	José M. Rolão	5 000\$00
9 087	Adelino N. Carreiro	7 000\$00

(Viseu)		
3 862	Alcides Laja	5 000\$00
1 403	Albano F. Figueiredo	2 000\$00
5 887	Eduardo G. S. Santos	2 000\$00
881	José S. Ferreira	10 000\$00
1 180	António R. Cardoso	5 000\$00

A transportar (MAR92) 10 129 023\$20



CENTRO DE REABILITAÇÃO PROFISSIONAL DE GAIA

Av. João Paulo II
Arcozelo
4405 VALADARES
Tel. (02) 762 77 86

Informação

Fase de instalação

Na sequência do acordo celebrado entre o Instituto do Emprego e Formação Profissional, a ADFA e a Cercigaia para a criação do Centro de Reabilitação Profissional de Gaia, este passou a funcionar provisoriamente em dois pólos — Porto e Arcozelo — até à sua instalação plena em Gaia, quando estivessem criadas as condições para tal.

Em 19 de Março a empresa construtora entregou o prédio em construção — o n.º 4 — pelo que de imediato se despoletou o processo de instalação completa do Centro nas suas instalações.

Neste momento o CRPG está, assim, instalado e a funcionar nos moldes previstos no acordo embora decorram ainda alguns trabalhos de adaptação e arranjos exteriores, para os quais se conta com os apoios da Junta de Freguesia de Arcozelo e do presidente da Câmara de Gaia.

Para facilitar o acesso dos sócios da ADFA, e outros utentes, no Centro, foi montado um serviço de transportes a partir da delegação, conforme horário publicado em separado.

A área da Reabilitação Funcional — na qual se insere a oficina de próteses — vai ser reestruturada e reequipada com os apoios financeiros do Programa Horizon. Pretende-se equipar o Centro com equipamentos de hidroterapia, produção e ajudas técnicas assistida por computador e novos equipamentos na área da avaliação médica e funcional. Estes trabalhos decorrerão até meados de 1993, ficando então o Centro equipado em condições de poder prestar serviços altamente qualificados na área da reabilitação funcional.

Também noutros domínios se prevêem desenvolvimentos muito importantes, uma vez que estão aprovados mais dois projectos no âmbito do referido Programa Horizon, dos quais resultarão melhorias, quer ao nível dos processos de trabalho quer ao nível dos equipamentos.

Visitas guiadas

Com o objectivo de mostrar o Centro aos sócios da ADFA, ir-se-ão programar visitas guiadas, através das quais se pretende apresentar o trabalho aí desenvolvido e as suas instalações.

O interesse destas visitas é maior quando estiverem concluídas algumas obras em curso, o que acontecerá durante o mês de Maio. Assim, no próximo ELO se informará do início dessas visitas e da sua organização.

Sistema de Transportes

A localização do Centro poderá criar, inicialmente, alguma dificuldade no acesso dos utentes.

Assim e para obviar a estas dificuldades, vão ser implementadas duas estratégias:

1. Informação largamente difundida da localização do Centro e do sistema de transportes públicos do «Grande Porto» para lá;
2. Organização de um sistema de transporte próprio para servir sobretudo as populações residentes na zona oriental do «Grande Porto», nos seguintes moldes:

Ligação diária.

Para profissionais e formandos:

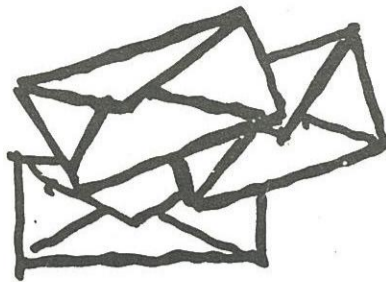
PORTO (ADFA)	ARCOZELO	PORTO
8H30	9H/17H	17H30

Para utentes:

ADFA	ARCOZELO	13H00/17H30
9H30	10H/12H30	
14H00	14H30/17H00	

Ligação nos dias da consulta no HMR 1 (para sócios da ADFA):

A carrinha levará os sócios, do HMR 1 para o Centro e colocá-los-á de novo na Delegação da ADFA, após a conclusão do trabalho ali a fazer.



Correspondência

Este mês a transcrição de cartas de dois sócios e referência a uma terceira.

«Depois de um período de suspensão, auto-imposto, na troca de correspondência que há vários anos regularmente venho mantendo com os órgãos directivos da ADFA, aqui estou mais uma vez a dar conta de mim, e as minhas primeiras palavras são de parabéns a você, ELO, pela passagem do seu 17.º aniversário e de felicitações a todos quantos tornam possível a manutenção do quase único elo que ainda vai mantendo um pouco de ligação entre a ADFA e aqueles, muitos, sócios que, dispersos pelos vários cantos do país, se encontram mais isolados de tudo e de todos.

Em segundo lugar, quero também congratular-me pela reeleição, para novo mandato, de vários dos sócios que constituíram os anteriores corpos directivos da ADFA, o que, dadas as poucas alterações também verificadas na equipa do Ministério da Defesa Nacional e, portanto, uns e outros já conhecedores dos vários e velhos processos que ainda afligem os DFA, poderão continuar a constituir motivo de esperança (ou desilusão?) da resolução desses problemas, alguns deles flagrantes injustiças e discriminações que violam até a Constituição da República Portuguesa. Exemplos? Cidadãos do mesmo país que trabalharam, ou trabalham, para o mesmo patrão — o Estado — e descontaram, ou descontam, para a mesma caixa — Caixa Geral de Aposentações — e se deficientaram no mesmo serviço — defesa da Pátria —, uns, os filhos, funcionários públicos, podem acumular a indemnização pelas deficiências sofridas com a remuneração ou pensão pelo trabalho prestado; outros, os enteados, os militares do Q. P., com largos anos de serviço, esses não podem porque, se calhar, andaram a fazer guerras por conta própria e talvez nem sequer portugueses possam ser considerados. Os DFA oriundos do Q. P. seremos uma minoria na ADFA, mas não prevém também as leis o respeito pelas minorias?

Outro problema velho e ao qual um v/office se refere, é o das promoções ao posto imediato, mas esta história, que a ADFA parece também ter esquecido, fica para outra vez. Hoje, porque

segundo o ELO, o problema está — estará? — em vias de resolução, vamos tratar dos escalões.

Aquando da promulgação do Dec.-Lei n.º 57/90, este previa o desbloqueamento de dois escalões a partir de 1-7-90. Em face disso escrevi para a Caixa Geral de Aposentações a perguntar como isso se iria processar em relação aos DFA, tendo aquela instituição amavelmente respondido que aguardava a regulamentação daquele assunto e só depois se poderia pronunciar. Por essa altura alertei também a ADFA, quer através de carta quer em duas visitas que pessoalmente fiz à Sede da nossa Associação, em Novembro de 1990, para estar atenta a este assunto, pois que era melhor prevenir do que remediar, mas, talvez por isto dizer apenas respeito à tal minoria, o resultado foi o que se viu. Os militares do Q. P., no activo e na reserva, receberam na devida altura os ajustamentos a que tinham direito. Os DFA, porque são privilegiados por andarem periodicamente a receber pernas e braços novos, esses, até hoje, ainda não receberam e não sabem quando nem como virão a receber, porque as informações dadas através do ELO, talvez as possíveis, pouco esclarecem. Por isso permito-me vir novamente solicitar a vossa atenção para o assunto, tendo em conta que a reforma extraordinária é calculada por inteiro em referência ao vencimento possível de cada posto, o que muitos de nós já tínhamos atingido na data da passagem à reforma, pois vencíamos o máximo possível — 5.ª diuturnidade —, que nada tinha a ver com o tempo de permanência no posto, mas apenas no tempo de serviço, pelo que, salvo melhor opinião, julgo que o cálculo da pensão deverá ser feito pelo máximo dos escalões atribuído a cada posto, independentemente do tempo de permanência, por analogia com a lei e critério anteriormente seguidos, pois não fará sentido, nem terá lógica, uma reforma por inteiro ser uma reforma fraccionada.

É também necessário estar atento às datas em que foram desbloqueados os escalões para os utros militares, para que nos possam ser abonados os respectivos retroactivos.

Ora como a economia do país está de boa saúde, segundo afirma quem sabe, e dado o número reduzido de pessoas a

contemplar, espero que haja por parte da ADFA e das entidades competentes vontade de ver estes e outros problemas resolvidos, pois que a capacidade e preocupação da ADFA não se podem esgotar com o problema urgente e indispensável da conclusão da Sede, dado que, se assim for, poderemos orgulhar-nos de ter Sede, o que é muito bom, mas arriscamo-nos a não ter Associação, o que é muito mau.

É tudo por hoje.»

José Monteiro Palos
sócio n.º 2233

Em relação ao que escreve ao associado Monteiro Palos, só agora decidimos publicá-lo, visto não termos tido possibilidade de, conforme as últimas «Informações aos sócios» deixam transparecer, lhe dar a melhor resposta à questão do desbloqueamento dos escalões, situação que neste ELO se altera, em face a indicações de «última hora» da Caixa Geral de Aposentações. Quanto à sua questão da acumulação de pensões, foi-nos comunicado pelo DAJAS que tem sido trocada regular, e até abundante, correspondência sobre o assunto, não sendo possível alterar, pelo menos de momento, as disposições legais em vigor e que o próprio aceitou ao optar pelo activo, conhecendo bem os direitos e deveres que daí lhe adviriam.

«O que vier
para vocês,
vem para mim»

Supreendeu-nos a carta do sócio Albino Duarte, publicada no ELO de Dezembro, da qual extraímos o título em epígrafe. Dado que é um assunto merecedor de mais uma reflexão, não resistimos.

A ideia de que «o que vem para uns vem para outros», para além de ser comodista, não solidária e miserabilista, coarta a área de influência e retira-lhe força nos momentos de pressão e negociação.

A força de uma associa-

ção mede-se pelo seu número de sócios, logo todos não somos de mais para lutarmos pelos nossos interesses. Uma associação com 5 mil sócios detem um poder negocial e de intervenção com os organismos públicos bem diferente de uma que seja apoiada por 25 mil sócios.

Os deficientes não sócios, por mais que se tentem convencer a eles próprios e convencer os amigos, nunca poderão ter uma postura confortável quando o tema DFAs vier à berlinda. A postura de avestruz não convence ninguém e muito menos os seus actores. É no seio da ADFA que os DFAs se sentem em casa, porque mesmo no seio da família feita, muitas vezes, a sensibilidade para as nossas interrogações e para as situações que se nos deparem, não encontrando-se a melhor consonância.

Também na mesquinhez de não se gastarem uns escudos de quotas por mês, acaba por se perder mais do que se ganha, porque uma ADFA mais pequena é uma ADFA mais fraca no poder reivindicativo, podendo, muitas vezes, ficar aquém do desejado.

Muito nos agradaria que os mal informados e os «do contra» vissem na ADFA a defensora dos interesses de todos e se servissem mais do ELO como tribuna das suas opiniões.

Jorge Lage
Sócio n.º 4987

Não nos cabendo pronunciar sobre o teor da carta de Jorge Lage, passemos então à informação sobre a do nosso associado n.º 9147, Manuel Ferreira Alves, de Anadia, e que, recebida já o ano passado, não foi, pela complexidade do seu conteúdo, publicada, sendo antes remetida ao DAJAS para a informação necessária, a qual, no entanto, e segundo o mesmo departamento, continua sem qualquer alteração em relação ao que já foi dito/escrito ao sócio.

Almoço convívio da CCaç. 555

Há já 3 anos que elementos da Companhia de Caçadores n.º 555 (Guiné), entre eles o nosso sócio n.º 7789, José Monteiro Ribeiro Gaio, procuravam reunir os seus ex-camaradas num almoço convívio, o que parece ir acontecer, finalmente, já em Maio próximo. Nesse sentido, todos os

interessados deverão contactar, o mais urgente possível, com:

— capitão Ricto — telefone 044/2 51 17 (Leiria)

— alferes Lisboa — tel. 029/51 16 20 (Matosinhos), e

— soldado J. Gaio — tel. 029/12 11 45 (Valonga).

Viaturas OPEL

MOD.	PREÇO BASE	P.V.P.
CORSA		
SW 1.0S 3P	1 086 255\$00	1 445 100\$00
SW 1.2NV 3P	1 143 980\$00	1 610 100\$00
SW 1.2NV 4P	1 266 579\$00	1 900 100\$00
SW 1.2NV 5P	1 192 698\$00	1 667 100\$00
GL 1.4NV 3P	1 252 903\$00	1 884 100\$00
GL 1.4NV 5P	1 301 621\$00	1 941 100\$00
JOY 1.4NV	1 362 305\$00	2 012 100\$00
SW 1.5D 3P	1 403 215\$00	2 145 100\$00
SW 1.5D 4P	1 488 685\$00	2 245 100\$00
ASTRA		
GL 1.2 3P	1 485 382\$00	2 156 100\$00
GT 1.4 3P	1 781 109\$00	2 502 101\$00
GL 1.4 4P	1 639 228\$00	2 336 100\$00
GLS 1.4 4P	1 772 561\$00	2 492 099\$00
GT 1.4 4P	1 866 579\$00	2 602 100\$00
GL 1.4 5P	1 528 117\$00	2 206 100\$00
GLS 1.4D 5P	1 729 826\$00	2 442 099\$00
GT 1.4 5P	1 823 844\$00	2 552 101\$00
GL 1.7D 4P	1 736 145\$00	2 847 100\$00
GL 1.7D 5P	1 693 410\$00	2 797 100\$00
ASTRA CARAVANS		
GL 1.4 5P	1 630 681\$00	2 326 100\$00
GLS 1.4 5P	1 823 844\$00	2 552 101\$00
CLUB 1.4 5P	1 900 767\$00	2 642 100\$00
GL 1.7D 5P	1 795 974\$00	2 917 100\$00
GLS 1.7D 5P	2 079 212\$00	3 242 100\$00
CLUB 1.7D 5P	2 156 135\$00	3 332 100\$00
VECTRA		
GL 1.4 4P	1 893 074\$00	2 801 951\$00
GL 1.4 5P	1 940 425\$00	2 694 350\$00
GL 1.7D 4P	2 270 590\$00	3 478 250\$00
GL 1.7D 5P	2 318 197\$00	3 533 950\$00

AUTOMÓVEIS FIAT

MOD.	PREÇO BASE	P.V.P.
UNO 45-3P	970 525\$00	1 286 764\$00
UNO 45S-3P	1 060 268\$00	1 391 764\$00
UNO 45S-5P	1 129 499\$00	1 472 764\$00
UNO 60S-3P	1 088 213\$00	1 477 764\$00
UNO 60S-5P	1 152 315\$00	1 552 764\$00
UNO 60 SX	1 256 589\$00	1 674 764\$00
UNO DIESEL 3P	1 231 259\$00	1 758 764\$00
UNO TURBO DIESEL 5P	1 603 261\$00	2 250 763\$00
TIPO 1.1	1 321 546\$00	1 750 764\$00
TIPO 1.4	1 420 099\$00	2 040 764\$00
TIPO 1.7D	1 469 404\$00	2 509 764\$00
TEMPRA 1.4 SX	1 673 518\$00	2 337 264\$00
TEMPRA 1.4 (Carrinha)	1 732 065\$00	2 405 764\$00

AUTOMÓVEIS VOLKSWAGEN

MOD.	PREÇO BASE	P.V.P.
GOLF CL 1.4 2 P	1 427 078\$00	2 049 504\$00
GOLF CL 1.4+4 P	1 486 927\$00	2 119 528\$00
GOLF GL 1.4 2 P	1 699 731\$00	2 368 508\$00
GOLF GL 1.4 4 P	1 754 445\$00	2 432 524\$00
GOLF GLTA 1.4 2 P	1 811 697\$00	2 499 508\$00
VENTO CL 1.4	1 658 690\$00	2 300 657\$00
VENTO GL 1.4	2 014 065\$00	2 712 892\$00
PASSAT CL TD 1.6	2 838 709\$00	4 011 314\$00
PASSAT GL TD 1.6	3 234 145\$00	4 470 019\$00
PASSAT VAR CL TD 1.6	3 071 397\$00	4 281 232\$00
PASSAT VAR GL TD 1.6	3 439 483\$00	4 708 211\$00

— Os valores acima expostos, não contemplam as despesas do despachante no desfalecimento da viatura, excepto para a marca Opel.

Os sócios interessados nestas viaturas podem telefonar para 859 50 16 a partir das 19H30, Alberto Pinto.

Outras informações nas horas de expediente: 346 21 67/8.

ASSUNTO: Vendas de viaturas para deficientes

Documentação necessária aos deficientes civis ao abrigo do Decreto-Lei 103-A/90 de 22 de Março 1990

1 — Atestado ou declaração de incapacidade passado pela Delegação de Saúde da área: da residência.

2 — Fotocópia do B.I. e n.º de Contribuinte autenticadas pelo Notário.

3 — Fotocópia da carta de condução autenticada pelo Notário.

4 — Comprovação da liquidação ou de isenção do IRS dos últimos 3 anos ou declaração passada pelas Finanças da área da sua residência.

Documentos necessários para os deficientes das Forças Armadas ao abrigo do Decreto Lei 43/76 de 20 de Janeiro

1 — Declaração da incapacidade passada pelo ramo das Forças Armadas a que pertence

2 — Fotocópia do B.I. e n.º de Contribuinte autenticadas pelo Notário.

**JORNAL
ASSOCIATIVO**

== I Encontro Nacional de Núcleos == o coração da ADFa bate em Alcobaça

I Encontro Nacional de Núcleos

Com base na sugestão e no espírito que emergiram da reunião, em Lisboa, dos Núcleos da área da Sede, em 7 de Dezembro p.p., irá realizar-se em Alcobaça, e conforme ELO tem vindo a fazer-se eco, o I Encontro Nacional de Núcleos.

Assim, no próximo dia **11 de Abril**, para debater questões associativas e de âmbito local, concentrar-se-ão representantes de Alcobaça, Cascais, Chaves, Guarda, Guimarães, Peniche, Santarém e Tomar, em jornada que se deseja que, com a presença de entidades civis e militares do Distrito de Leiria, culmine em forte manifestação de convívio, alargado já a todos os associados e seus familiares, que a ela queiram aderir.

Com a chegada provável, já na véspera, de elementos dos Núcleos mais distantes, e com a reunião de trabalho a realizar na manhã de sábado, convidam-se todos os sócios, em especial os daquela zona, para assistirem à **Sessão de Encerramento** do Encontro que terá lugar na sala da **Assembleia**



Municipal de Alcobaça (junto aos Mercado e Câmara Municipais), pelas 12.45 h.

No entanto, e seguindo-se um **almoço** de confraternização no restaurante **A Taverna**, pensão

O Mosteiro (Rossio, junto ao Turismo), torna-se necessária a respectiva **inscrição até ao dia 8/ABRIL**, inclusive, através dos telefones 062-41492, 41733 ou 503133, sendo o preço de 1800\$00 por pes-

soa (50% para as crianças dos 4 aos 10 anos).

COMPARECE! E LEVA A TUA FAMÍLIA.

Lembra-te que o teu futuro passa pela ADFa que, em conjunto, todos soubermos construir.

Revisão estatutária

Em ambiente simultaneamente relaxante e incentivador da concentração e trabalho intelectuais, reuniram-se, no fim de semana de 7 e 8 de Março, nas instalações que a APPACDM - Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental, possui na Tocha, como sempre de lazer também

vocacionado para encontros e seminários, vários associados co-autores das propostas para a revisão estatutária até ao momento apresentadas à Mesa da Assembleia Geral Nacional, órgão a quem compete, em termos que o ELO já divulgou oportunamente, a dinamização de todo este processo.

Clarificadas posições e filosofias que emergem do trabalho em análise, formularam-se ideias mais concretas em relação a pontos de vista mais extremados, viabilizando-se disponibilidade para a continuação do estudo, nas partes em que os presentes entenderam convergência, sem prejuízo

de apresentação de projectos autónomos reveladores de liberdade de iniciativa.

Espera-se que esta reunião tenha contribuído, realmente, para o acelerar da discussão associativa que leve a uma, tão rápida quanto possível, participada aprovação dos novos estatutos.



ADFA vai comemorar o seu 18.º aniversário

Dentro da política de reforço da dinâmica associativa e da descentralização, vão decorrer, na zona da Delegação de Coimbra, parte das actividades que constituirão as comemorações do 18.º aniversário da ADFa, com realizações mais marcantes nos dias 14, 15 e 16 de Maio.

O programa final, ainda não totalmente elaborado, será publicado no nosso próximo «Jornal associativo», embora, no entanto, na secção «Delegações», deste ELO, Coimbra aponte já as linhas-mestras do que virá a acontecer.

Desenrolando-se, no dia 16, a jornada mais amplamente associativa, que culminará, presumivelmente, em animado piquenique/convívio, e para que ela seja fortemente participada, é importante que desde já todos contactem a Sede e Delegações, no sentido de garantirem a sua inscrição, extensível a familiares e amigos, nas excursões que se sabe estarem a ser organizadas, em todo o país, para o efeito.

Chama-se, porém, a atenção dos interessados no jantar do dia 15, a realizar no Grande Casino da Figueira da Foz que, para inscrição no mesmo, deverão contactar directamente a Delegação de Coimbra.

A forte presença, a nível nacional, de sócios, e famílias, será mais uma demonstração da vida e pujança da ADFa.



**O empenhamento
individual é sinal
de vitalidade colectiva**

Calendário associativo:

- 11 ABR** — I Encontro Nacional de Núcleos, em Alcobaça;
- 25 ABR** — Dia da Liberdade;
- 2/3 MAI** — Passeio convívio a Castelo Branco (Del. Porto);
- 14/15/16 MAI** — Comemorações do 18.º aniversário da ADFa;
- 23 MAI** — 2.º aniversário da União de Antigos Combatentes de Portugal, Angola, Moçambique e Guiné-Bissau.



ÓRGÃO
DA ASSOCIAÇÃO
DOS DEFICIENTES
DAS FORÇAS ARMADAS

Suplemento

Assembleia Geral Nacional Ordinária: a participação associativa como garantia de continuidade

Precedida, na parte da manhã, por uma reunião geral dos órgãos nacionais, realizou-se no passado dia 28 de Março, sábado, a Assembleia Geral Nacional Ordinária que, convocada para as 14/14.30 h, se prolongaria até depois das 21.

Iniciada a sessão, por parte da Mesa, com a leitura da Acta da última reunião, foi a mesma aprovada por maioria, com 1 voto contra e 15 abstenções, estavam já na sala, por essa altura, 141 sócios, cuja identificação e situação legal eram devidamente verificadas à entrada.

Seguiu-se, também pela Mesa, a apresentação do «Relatório de actividades do Conselho Nacional relativo ao exercício de 1991», conforme indicava o Ponto 1 da Ordem de Trabalhos, após o que, e não tendo havido inscritos para falar, se procedeu à respectiva votação, tendo sido aquele aprovado por maioria, 1 voto contra e 10 abstenções.

Sendo um dos assuntos do Ponto 2 a apreciação do «Relatório e Contas da Direcção Central relativos à gerência de 1991», foi dada a palavra ao Presidente da DC para fazer a respectiva apresentação, tendo este, sobre um documento tão extenso, feito uma análise geral, com considerações mais destacadas sobre a nova Sede, legislação, relações internacionais, vida associativa, apoio social, a tipografia-escola e contactos institucionais a nível

nacional, afirmando, a terminar, que se não foi possível ainda cumprir tudo, haverá que continuar a luta, na pretensão realista de que os direitos ainda não alcançados terão que ir sendo conquistados pouco a pouco, mas com a segurança necessária.

Seguiu-se no uso da palavra o Tesoureiro da DC, o qual, em primeiro lugar, afirmou a sua grande satisfação e «calma de espírito» pela forma precisa e elucidativa como foi possível, talvez pela primeira vez, apresentar as contas, levando até que alguns considerassem como exagero a quantidade de documentos postos à apreciação; nomeadamente mapas financeiros. Fazendo, depois, uma breve análise às «Contas», explicou a situação financeira como estável e sem grandes problemas, com receitas, embora também despesas, superiores ao previsto, não só, por exemplo, pelo grande contributo dado pela aposta ganha que foi a reestruturação e reequipamento da Tipografia-escola, como também, ao contrário do que alguns vaticinaram, pela subida de cobrança de quotas. Finalmente, em relação à nova Sede, informou da situação das participações oficiais e das garantias já recebidas para a finalização da obra.

Devolvida a palavra à Mesa, o seu Presidente passou-a, de imediato, ao Conselho Fiscal Nacional, a fim de que este órgão

procedesse à apresentação do seu «Parecer» sobre os documentos anteriores, o que foi feito.

Abertas as inscrições para intervenções presentes, muitos foram os sócios que manifestaram vontade de participar na análise mais aprofundada de alguns pontos do «Relatório e Contas», e até mesmo do «Parecer», tendo-se, por isso, assistido a um dinâmico período de considerações e pedidos de esclarecimento, podendo-se destacar, no seu conjunto, críticas ao tardio envio de tão grande quantidade de documentos, dificultando uma leitura aprofundada em tempo; questões de legislação, em especial, desbloqueamento de escalões, que já tarda, viúvas e grandes deficientes em serviço; relações internacionais e participação das mulheres portuguesas na respectiva Comissão da FMAC; apoio social e «stress da guerra» (nas sentidas palavras de um sócio que... «estou aqui porque faço terapia de grupo. Se assim não fosse talvez já me tivesse suicidado como outros...»), campo em que a ADFA não tem sabido corresponder às necessidades dos associados; número de sócios pendentes; associativismo e dinâmica das Delegações e Núcleos; Centro de Reabilitação do Porto, Ct.º Reab. Profissional de Gaia e os seus protocolos; atendimento nos hospitais militares, Anexo HMP desactivado, HM Hamburgo «encerrado», a idade e o agrava-



mento das deficiências e Lar Militar, entre outras questões, não sem que o ELO tenha, também, sido acusado de falta de maior frontalidade e mais firmeza na defesa de alguns direitos dos sócios.

Após, como se disse, animado período, em que se dividiram as opiniões sobre se era muito mau ou muito bom o número de presenças («140 sócios... é a ADFA moribunda... «quando era costume estarem 40/50 e hoje estão 150, isso mostra preocupação e interesse...»), e em que, pela demora verificada, chegou a aparecer uma «Proposta à Mesa» no sentido de, com prejuízo dos ainda inscritos, se passar imediatamente à votação (e que foi derrotada por não reunir 2/3 dos votos), chegou-se, finalmente, à votação dos dois documentos, tendo ambos sido aprovados por maio-

ria, sem votos contra e 9 abstenções.

Entrando-se no Ponto 3 da OT, «Actualização da quota para 1993», a Mesa fez saber que tinham dado entrada, para apreciação, dois documentos, os quais foram então lidos, sendo o primeiro da Direcção Central que, em síntese, propunha uma quota mensal de 450\$00 e a segunda, de um grupo de sócios de V. N. Famação, propondo que o valor fosse calculado sobre 0,8% das pensões recebidas pelos sócios.

Colocada à Assembleia, pela Mesa, a aceitação, ou não, destas propostas para discussão, foi a mesma aprovada para as duas.

Com bastantes inscrições, seguiu-se outro período de intervenções, mais curto que não menos animado, havendo quem, embora compreendendo o espírito da percentagem, não concordasse com a proposta, pois na prática não só seria difícil, mesmo impossível, fazer descontos directos através da CGD, como também porque, em grande parte dos casos, a pensões mais pequenas não correspondem, necessariamente, rendimentos menores, já que serão, exactamente, os grandes deficientes os que mais facilmente poderão arranjar e ter emprego; quem, pura e simplesmente, discordasse do critério; quem defendesse a proposta de quota única, para não criar mais diferenças do que as que já há, assim como o valor de 450\$00 porque, certamente, a Direcção Central teria calculado devidamente esse quantitativo, para além de outras

posições intermédias ou complementares. Finalmente, e tendo sido recusada pela Mesa, aos seus subscritores, a retirada da segunda proposta, foi feita, votação em alternativa, tendo sido aprovado, então, o valor de 450\$00 mensais para as quotas de 1993.

Passando já da hora prevista para o encerramento da Assembleia Geral, foi pela Mesa proposto que, dado faltarem apenas dois Pontos da OT, se prosseguisse, o que foi aceite.

Entrando-se, assim, na questão da «Proposta de expulsão do sócio n.º 6439, Jorge Manuel Figueiredo de Sá», apresentados, e lidos, vários documentos, entre eles a própria proposta da Direcção Central, um parecer do Conselho Fiscal Central e uma carta/defesa do sócio, que não esteve presente, enviada ao Presidente da MAGN, prestados alguns esclarecimentos por antigos e actuais responsáveis pela Delegação de Viseu e pela DC, tecidas breves considerações por vários associados, foi posto à votação o documento, tendo sido aprovada a exclusão do sócio em causa, por maioria, sem votos contra e 18 abstenções.

Tendo o Ponto 5 da OT, «Informações da Direcção Central», sido considerado, e aprovado, pela Assembleia, como já tratado e esgotado ao longo dos debates dos anteriores, foi dada, pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral Nacional Ordinária, como encerrada esta sua sessão de 1992.

ASSEMBLEIA GERAL NACIONAL ORDINÁRIA CONVOCATÓRIA

Nos termos do Art.º 27.º dos Estatutos, a M.A.G.N. convoca a Assembleia Geral para reunir ordinariamente na Sede da ADFA em Lisboa, pelas 14 horas do dia 28 de Março de 1992, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 — Apreciação e votação do Relatório de Actividades do Conselho Nacional referente ao exercício de 1991;
- 2 — Apreciação e votação do Relatório e Contas da Direcção Central e respectivo Parecer do Conselho Fiscal Central relativos à gerência de 1991;
- 3 — Actualização da quota para 1993;
- 4 — Proposta de expulsão do sócio n.º 6439, Jorge Manuel Figueiredo de Sá;
- 5 — Informações da Direcção Central.

Nos termos do n.º 2 do Art.º 32.º dos Estatutos, se à hora marcada não estiverem presentes mais de metade dos sócios, a Assembleia Geral Nacional reunirá 30 minutos depois com qualquer número de associados.

ADFA, 27 de Fevereiro de 1992.

A M.A.G.N.
O Presidente

Joaquim Francisco Couceiro Ferreira

BALANÇO CONSOLIDADO

SEDE + DELEGAÇÕES

CODIGOS DAS CONTAS	ACTIVO	1991			1990	CODIGOS DAS CONTAS	CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	1991	1990
		ACTIVO BRUTO	AMORTIZ. E PROVIS.	LIQUIDO					
	IMOBILIZADO						CAPITAL PRÓPRIO		
	Imobilizações Corpóreas								
422	Edifícios e Outras Construções	4 937	741	4 196	4 825	575	Reservas		
423	Equipamento Básico	540	460	80	1 509	574	Subsídios	339 301	192 212
424	Equipamento de Transporte	1 869	1 869		1 527	59	Reservas Livres	36 400	2 596
425	Ferramentas e Utensílios	624	624		479		Resultados Transitados	9 910	38 693
426	Equipamento Administrativo	28 086	15 410	12 676	13 888				
429	Outras Imobilizações Corpóreas	1 745	917	828	673				
441/6	Imobilizações em Curso	290 210		290 210	163 949				
		328 011	20 021	307 990	186 850		Resultado Líquido do Exercício	16 247	4 253
	CIRCULANTE						Total do Capital Próprio	401 858	237 754
	Existências						PASSIVO		
36	Matérias Primas, Subsidiárias e de Consumo	369		369	246		PROVISÕES PARA RISCOS E ENCARGOS	221	244
33	Produtos Acabados e Intermédios						DÍVIDAS A TERCEIROS—CURTO PRAZO		
33	Mercadorias	3 787		3 787	939	293	Fornecedores—c/Corrente	3 411	1 846
		4 156		4 156	1 185	221	Estado e Outros Entes Públicos	348	1 546
	DÍVIDAS DE TERCEIROS—CURTO PRAZO					268	Outros Credores	1 452	11 559
211	Clientes—C/Corrente	1 658		1 658	151			5 211	14 951
24	Estado e Outros Entes Públicos	148		148	486		ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS		
268	Outros Devedores	12 795		12 795	12 036	274	Proveitos Diferidos	1 687	154
		14 601		14 601	12 673		Total do Passivo	7 119	15 349
	TÍTULOS NEGOCIÁVEIS								
159	Outros Títulos Negociáveis	20 604		20 604	17 185				
12+13+14	Depósitos Bancários	59 072		59 072	30 435				
11	Caixa	2 502		2 502	1 374				
		61 574		61 574	31 809				
	ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS								
272	Custos Diferidos	52		52	3 401				
	Total do Activo	428 998	20 021	408 977	253 103		Total do Capital Próprio e do Passivo	408 977	253 103

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADA

CODIGOS DAS CONTAS	CUSTOS E PERDAS	1991	1990	CODIGOS DAS CONTAS	PROVEITOS E GANHOS	1991	1990
		15 082	13 630	72	Prestação de Serviços	19 415	14 074
						22 977	20 472
62	Fornecimentos e Serviços Externos	29 942	21 300				
	Custos com o Pessoal						
642	Remunerações	37 139	31 635	73	Proveitos Suplementares	1 248	2 100
645	Encargos Sociais	6 833	6 976	74	Subsídios à Exploração	41 940	49 461
		73 914	59 911	76	Quotização	21 588	18 105
					Outros Proveitos Operacionais	24 578	8 309
66	Amortizações do Imobilizado Corpóreo	2 817	2 813			89 354	77 975
67	Provisões		59				
		2 817	2 872	78	Proveitos e Ganhos Financeiros	8 881	3 469
					Outros Juros e Proveitos Similares	302	1 948
63	Impostos	48	59			9 183	5 417
65	Outros Custos Operacionais	16 535	19 392				
		16 583	19 451	79	Proveitos e Ganhos Extraordinários	11 111	4 662
68	Custos Financeiros	10	2				
	Juros e Custos Similares	5	2				
		15	4				
69	Custos e Perdas Extraordinárias	7 967	8 405				
88	Resultado Líquido do Exercício	16 247	4 253				
	Total do Débito	132 625	108 526		Total do Crédito	132 625	108 526

Não sendo possível, pela sua extensão, transcrever todo o Relatório da Direcção Central relativo ao ano de 1991, de que, aliás, se deu uma ideia no ELO de Fevereiro, desse documento respigamos as respectivas **Introdução e Conclusão, como partes mais significativas em termos da filosofia e do espírito que envolveram as actividades daquele órgão social central.**

INTRODUÇÃO

O presente Relatório de Actividades é o resultado de um trabalho realizado, em grande parte, de acordo com o Plano de Actividades e Orçamento aprovados no Conselho Nacional, do ano transacto.

Na verdade todas as acções desenvolvidas fizeram parte de uma estratégia global defendida pelo III Congresso que, nas suas linhas gerais, teve como orientação uma permanente intervenção na sociedade, ao afirmarmos que os nossos objectivos eram eminentemente sociais, resultando desta atitude ter-se a ADFA assumido como Organização Não Governamental, privilegiando a solidariedade activa, assente numa participação generosa, sem nunca perder de vista o grande objectivo da ADFA, que é uma efectiva integração dos deficientes militares, pois somos credores por parte da Nação de uma dignidade traduzida também na reparação moral e material de todo o sacrifício que demos, no cumprimento do dever militar.

Temos que evidenciar o enorme empenho das Delegações e dos Núcleos da ADFA, que de uma forma positiva contribuíram para robustecer a vida associativa, preservando um valioso património humano de carácter invulgar, garantindo uma coesão de toda a ADFA, e transformando a nossa Associação na legítima representante de todos os deficientes militares sendo-lhe, por isso, por todos reconhecido o valor e a importância da sua existência e continuidade.

CONCLUSÃO

Pensamos que este Relatório apresentado, reflecte bem todo o trabalho desenvolvido pela ADFA, salientando-se o esforço que as Delegações e Núcleos da ADFA, através dos seus Órgãos, têm realizado.

É relevante que dirigentes e sócios, desde há 17 anos, vêm reforçando a coesão associativa, situação que muito nos honra pela forma de protagonismo que propomos à sociedade.

Hoje, cada vez mais, somos exigentes para com cada um de nós e para com a nossa Associação.

O lema «Participando Construimos o Futuro», é o dia-a-dia do nosso trabalho. Sabemos que temos de o preparar e por isso o presente é importante para encontrarmos o futuro digno que queremos para todos nós.

Temos que reconhecer e manifestar todo o nosso reconhecimento aos Órgãos Sociais Centrais, Mesa da Assembleia Geral Nacional, Conselho Fiscal Central, Or-

gãos das Delegações e representantes dos sócios no Conselho Nacional, pelo contributo positivo que têm dado para o desenvolvimento de todas as acções desenvolvidas pela ADFA.

Reconhecendo como essencial a participação dos associados na vida associativa, é nosso dever também reconhecer a grande contribuição que, de Bragança aos Açores, cada um dos sócios tem manifestado a este ideal, que é a ADFA.

Uma palavra de grande estímulo a todos os trabalha-

dores que, com muita dedicação e esforço, todos os dias responde aos grandes desafios, para tornar a ADFA cada vez mais numa referência de todos os deficientes militares.

Aproveitamos para reconhecer o interesse e solidariedade que temos recebido dos órgãos de soberania, das várias entidades civis e militares, públicas e privadas, que têm sempre manifestado o apoio à ADFA pelo trabalho desenvolvido.

Estamos certos de que os problemas irão continuar e

que nós, os deficientes militares, somos credores de uma reparação moral e material por parte do País.

A Direcção Central continuará a redobrar esforços para que as lacunas e os problemas que existem sejam atempadamente resolvidos, pois quando da prestação do cumprimento do serviço militar demos o nosso melhor à Pátria e por isso merecemos que no presente a nossa razão seja ouvida e atendida, traduzindo-se em direitos justos, solidariedade e dignidade.

que, considerando o património da Tipografia-Escola, evoluiu de 311 776 contos em 1990 para 468 438 contos em 1991, contribuindo para este total os investimentos realizados até 31 de Dezembro, na nova Sede da Associação e o acréscimo dos depósitos bancários, que na mesma data atingiram o montante de 72 929 contos, aos quais acrescem 20 604 contos investidos em títulos de curto prazo.

PROPOSTA DE ACTUALIZAÇÃO DE QUOTAS PARA O ANO DE 1993

No âmbito das decisões do III Congresso da ADFA, que aprovou a orientação para que as despesas com a gestão administrativa fossem suportadas pelas receitas próprias, provenientes de alguns investimentos e serviços prestados, constitui o pagamento das quotas um elemento fundamental para a prossecução desta política, não só pelas verbas envolvidas mas também como factor de empenhamento dos associados na vida da ADFA.

Quando se afirma o interesse em procurarmos a independência financeira, na verdade sabemos que estamos a lançar um desafio a nós próprios, pois acreditamos que todos os sócios comungam deste espírito de afirmação, ou seja, que sendo a ADFA uma Instituição Privada de Utilidade Pública, não deve depender, para o seu funcionamento interno, do apoio do Estado, salvaguardando este apoio para a concretização de projectos de reabilitação.

Foi lançada, no ano passado, a campanha do pagamento da quota, através do desconto da conta bancária, tendo por objectivo eliminar o processo burocrático anteriormente em vigor e libertar assim os serviços da ADFA para outras actividades de apoio social aos sócios, pois o agravamento das deficiências, acrescidos do caminhar para uma idade mais avançada, obrigará a reformular rapidamente os serviços que a ADFA vem prestando aos associados.

Este apoio social está concretizado, no próprio orçamento aprovado para este ano, com uma rubrica onde se afecta a percentagem de 15 por cento da quotização de cada Delegação.

Cada vez mais a nossa reivindicação legislativa tem de ser elaborada e trabalhava

A conjugação do Orçamento recentemente aprovado, com os indicadores de que dispomos relativamente aos vários aspectos em que se desenvolve a actividade da ADFA, permitem-nos prever para o ano em que nos situamos, uma evolução favorável das vertentes que consideramos fundamentais para a vida da nossa Associação: a estabilidade associativa e a autonomia financeira.

de forma precisa, por isso iniciou-se também uma reformulação dos serviços de apoio jurídico que, ao mesmo tempo, garante atendimento aos associados noutras vertentes jurídicas, o que eleva os custos da estrutura.

Podemos também apontar outras áreas no domínio da reabilitação que necessitam de pessoal qualificado, onde afectamos também parte das nossas receitas, sendo as restantes subsidiadas pelo Estado.

Pela análise do pagamento do 1.º trimestre do corrente ano, podemos afirmar, sem dúvidas, que os sócios, apesar do aumento substancial do valor da quota, aprovado no ano transacto, interiorizaram estes objectivos, tendo já aderido ao pagamento por transferência bancária cerca de 2000 associados.

Muitos sócios continuam a pagar as suas quotas directamente nas Delegações, tendo-se verificado na Sede um recebimento de cerca de 3000 contos, o que corresponde a 700 associados e nos garante a previsão de cobrança de quotas na ordem dos 70 por cento, conforme o Orçamento aprovado.

Nesta perspectiva, e para podermos continuar a desenvolver as acções que nas várias áreas contribuem para a reparação moral e material de todos os que se deficientaram no cumprimento do dever militar, propomos a aprovação de uma quota mensal de Esc.: 450\$00, cujo pagamento terá início em Janeiro de 1993, na certeza de que todos os sócios compreenderão o esforço financeiro que se lhes pede, uma vez que tal medida contribuirá para tornar a nossa Associação mais forte, coesa e consciente do papel que lhe cabe desempenhar na sociedade portuguesa.



ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA DA ADFA RELATIVA AO EXERCÍCIO DE 1991

Da análise efectuada à situação financeira da ADFA, em 91/12/31, ressaltam como aspectos mais evidentes a estabilidade e a autonomia que tem vindo a conseguir-se no decorrer dos últimos dois anos.

Para este resultado, contribuíram, de forma mais significativa um conjunto variado de factores que passamos a descrever:

A realização da já velha aspiração de possuir uma Sede própria, a qual se encontra em vias de concretização. Este objectivo, que já se encontra visivelmente ao nosso alcance, foi por muitos considerado como um sonho impossível, e é ainda visto por outros com um certo cepticismo, constituindo para a ADFA a sua emancipação, com as vantagens que decorrem de possuímos a nossa própria casa.

Até 91/12/31, foram investidos na nova Sede 288 000 contos, tendo sido reunidos para fazer face a este investimento, fundos governamentais e donativos de sócios e particulares, no valor total de 345 000 contos. Na mesma data a previsão dos custos para a conclusão da obra, incluindo mobiliário e equipamento, orçava os 224 000 contos.

Continua a verificar-se uma relativa e progressiva autonomia da Associação, em relação às tradicionais fontes de receita que consistem, desde o início da sua fundação nos subsídios do Ministério da Defesa Nacional.

O total das receitas em 1991 foi de 132 625 contos contra os 108 526 contos do ano anterior. Daquelas, apenas 42 000 contos foram provenientes de subsídios à ex-

ploração. As restantes incluem 10 000 contos de receitas da Tipografia, 21 600 contos de quotização, 8800 contos de receitas financeiras e 23 000 contos de vendas de mercadorias e prestação de serviços, entre outras.

Procedeu-se no exercício em análise à venda de um pequeno imóvel, em adiantado estado de degradação, situado na Rua do Embaixador — Belém, que tinha sido doado à Associação e que proporcionou uma realização de 16 500 contos, os quais devidamente aplicados se transformaram em mais uma fonte de receitas.

No decorrer do exercício em curso, é intenção da Direcção rentabilizar também o imóvel onde funciona a Delegação de Setúbal a qual, dada a sua proximidade da Sede e o reduzido movimento que realiza, apresenta elevados custos de funcionamento.

Na área dos investimentos, ainda uma referência muito especial para a Tipografia-Escola da ADFA, cuja actividade se encontra em franca expansão. O montante das vendas, sem IVA, atingiram os 61 860 contos contra 43 000 contos do ano anterior, tendo gerado ainda 4900 contos de resultados, para além da comparticipação nas despesas da Sede. No decorrente ano foram já investidos em equipamentos perto de 8000 contos, tendo sido atribuído um subsídio de 15 000 contos pelo Instituto do Emprego e Formação Profissional, para fazer face à remodelação efectuada em 1990.

A Direcção não pode deixar de citar o exemplo de competência e a grande de-

dicação desta equipa de trabalhadores, que mantém em funcionamento uma actividade que se está a transformar no principal suporte financeiro da ADFA, na área dos investimentos produtivos.

No capítulo das despesas, verificou-se um agravamento das mesmas, como seria inevitável dado estarmos a viver uma fase de expansão da nossa actividade, o qual se reflectiu principalmente ao nível dos fornecimentos e serviços externos que saltaram de 21 300 contos para 29 942 contos e na rubrica das remunerações, que teve uma variação de 5500 contos, tendo passado de 31 635 contos para 37 139 contos.

Finalmente é com compreensível orgulho e satisfação que constatamos a evolução positiva e bastante significativa dos resultados do exercício, que passaram de 4253 para 16 247 contos e do total do activo líquido

